

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID

Programa Multifase de Apoio ao Desenvolvimento do Legislativo Eletrônico no Brasil (INTERLEGIS II)

SENADO FEDERAL

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 239/2012

PROCESSO N.º 006.505/12-0

O Pregoeiro do **SENADO FEDERAL**, designado pela Portaria do Presidente do Senado Federal nº 03, de 2012, torna público aos interessados e aqueles oriundos de países elegíveis do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que fará realizar licitação, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, em conformidade com as regras estipuladas no Contrato de Empréstimo n.º 1864/OC-BR, celebrado no dia 11 de dezembro de 2007, entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a República Federativa do Brasil, para financiamento do INTERLEGIS, conforme faculta o § 5º do Art. 42 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações subsequentes, que será regido pela Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 5.450/2005, Decreto nº 5.504/2005 e demais legislação correlata, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 8.666/93, com suas alterações, e demais exigências deste Edital.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico COMPRASNET.

DATA: 28/12/2012.

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 9:30h.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1. O presente pregão tem por objeto a seleção e contratação de empresa especializada para **fornecimento e entrega de kits de informática compostos de 01 microcomputador e 01 impressora multifuncional, com garantia de funcionamento pelo período de 12 (doze) meses**, de acordo com as quantidades e especificações técnicas constantes no Termo de Referência - Anexo II.

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET – CATMAT e/ou CATSER e as especificações constantes do Anexo II deste Edital prevalecerão às últimas.

1.2. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I: Minuta de Contrato

Anexo II: Termo de Referência

Anexo III: Relação dos Municípios que serão equipados

Anexo IV: Modelo de Proposta de Preços

Anexo V: Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo à Habilitação

Anexo VI: Modelo de Declaração de não empregar menor

Anexo VII: Modelo de Atestado de Capacidade Técnica

Anexo VIII: Relação dos Países Membros do BID

Anexo IX: Garantia de Execução Contratual

Anexo X: Modelo de Termo de Aceite

CAPÍTULO II - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

2.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico copeli@senado.gov.br.

2.1.1. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, **decidir sobre a petição no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.**

2.1.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.

CAPÍTULO III - DA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES

3.1. Os **pedidos de esclarecimentos** referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública**, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no e-mail copeli@senado.gov.br. As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro através do site www.comprasnet.gov.br, ficando todas as Licitantes obrigadas a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

CAPÍTULO IV - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO as empresas que:

4.1.1. Atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, constante do item 13 deste Edital,

e estiverem devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do site www.comprasnet.gov.br e apresentem os documentos nele exigidos, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório de Notas e Ofício competente;

4.1.2. Estejam cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, nos termos do § 1º do art. 1º do Decreto 3.722, de 09.01.2001, publicado no D.O.U. de 10.01.2001 (válido só para empresas nacionais);

4.1.2.1. As empresas brasileiras não cadastradas no SICAF que tiverem interesse em participar do presente Pregão Eletrônico, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto a qualquer Unidade Cadastradora dos Órgãos da Administração Pública.

4.1.2.2. As empresas estrangeiras deverão solicitar o seu credenciamento diretamente no COMPRASNET, **até 03 (três) dias úteis antes da abertura da sessão.** Para seu credenciamento deverão fornecer: nome, endereço físico, telefone e endereço eletrônico (e-mail).

4.1.3. Não esteja sob falência, concordata, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, consórcios de empresas, e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

4.1.4. Não tenham sido declaradas inidôneas ou não estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal.

4.2. Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO a Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do Termo de Referência no Anexo II do presente Edital. A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI atua como Órgão provedor do Sistema Eletrônico.

4.3. Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação:

4.3.1. Servidor de qualquer Órgão ou Entidade vinculada ao Órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

4.3.2. Empresas de países que não sejam membros do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

4.3.3. As demais pessoas elencadas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993.

4.4. A Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do

procedimento licitatório.

- 4.5. A Licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso uma Licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas pelo Senado Federal.

4.5.1. Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

CAPÍTULO V - DA PARTICIPAÇÃO PELAS EMPRESAS DOS PAÍSES MEMBROS DO BID

- 5.1. Este Pregão Eletrônico está aberto a todas as Licitantes elegíveis, conforme especificam as Normas de Aquisição do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, que ofereçam bens cujo país de origem seja membro do BID e que demonstrem satisfatoriamente para o Senado Federal sua elegibilidade, sua capacidade e adequação de recursos para executar o Contrato de forma eficiente. A relação dos países membros do BID encontra-se no Anexo VIII.
- 5.2. Os critérios a serem utilizados para determinar que uma Licitante seja proveniente de um país membro do BID estão estabelecidos no Anexo VIII.
- 5.3. Entende-se por “país de origem” dos BENS a definição estabelecida no Anexo VIII.

CAPÍTULO VI - DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

- 6.1. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via Internet.
- 6.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no *site* www.comprasnet.gov.br.
- 6.3. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva da Licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 6.4. O uso da senha de acesso pela Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou à entidade promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha,

ainda que por terceiros.

- 6.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

CAPÍTULO VII - DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 7.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da Licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços com valor total de cada item a ser cotado e com o valor global da mesma, a partir da data da liberação do Edital no site www.comprasnet.gov.br, até o horário limite de início da Sessão Pública, ou seja, até às 9h 30m do dia 28/12/2012, horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento da proposta de preços. Durante este período a Licitante poderá incluir ou excluir proposta de preços.
 - 7.1.1. Fica vedado à Licitante qualquer tipo de identificação quando do registro de sua proposta de preços, planilha ou outros anexos exigidos neste Edital, sob pena de desclassificação do certame pelo Pregoeiro.
- 7.2. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública.
- 7.3. A Licitante que estiver apta ao exercício do direito de preferência estabelecido no Decreto nº 7.174/2010 deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos previstos na legislação;
- 7.4. A Licitante que se enquadrar no que estabelece a Lei Complementar n.º 123/2006, deverá declarar que atende os requisitos do art. 3º, no ato de envio de sua proposta, em campo próprio do Sistema, para fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei.
- 7.5. Incumbirá à Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.
- 7.6. Na proposta de preços deverão constar, pelo menos, as seguintes condições, conforme modelo constante do Anexo IV:
 - a) razão social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como nome do proponente ou de seu representante legal, CPF, RG e cargo na empresa, Banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento;
 - b) prazo de validade da proposta, **não inferior a 60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação.
 - c) prazo máximo de entrega para os equipamentos: **90 (noventa) dias corridos**,

a partir da assinatura do contrato, considerando:

- Testes de fábrica em até 35 (trinta e cinco dias) a contar da assinatura do contrato, com duração máxima de 10 (dez) dias corridos;
- Os equipamentos deverão ser entregues em até 45 (quarenta e cinco dias), a contar do término dos testes de fábrica;
- Quando se tratar de bens adquiridos no mercado externo, o prazo estipulado exclui o tempo necessário à liberação dos bens no porto e/ou aeroporto de destino.

d) prazo de realização dos serviços de suporte técnico e de manutenção durante o período de garantia, não inferior a 12 (doze) meses, a contar da data do recebimento definitivo dos produtos em cada localidade;

e) preço total de cada item, de acordo com o(s) preço(s) praticado(s) no mercado, conforme estabelece o inciso IV do art. 43 da Lei Federal nº. 8.666/93, em algarismo e por extenso (total), expresso em moeda corrente nacional (R\$), considerando as quantidades constantes no Termo de Referência - Anexo II do presente Edital.

f) o arredondamento de valores e preços da presente licitação reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro Secretário do Senado Federal nº 20/2010, inclusive na etapa de lances:

f.1) para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório, serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária, serão utilizadas sete casas decimais;

f.2) quando a casa decimal imediatamente posterior à definida na letra “f.1” for igual ou superior a cinco, aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco, permanecerá a mesma inalterada.

g) no preço ofertado deverão estar incluídos todos os insumos que o compõe, tais como as despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, instalações, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação.

h) prazo de garantia e de assistência técnica de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo dos equipamentos.

i) deverão ser apresentados juntamente com a proposta os “FOLDERS”, ENCARTES, FOLHETOS TÉCNICOS ou CATÁLOGOS dos equipamentos ofertados, onde constem as especificações técnicas e a caracterização dos mesmos, permitindo a consistente avaliação dos itens. A Licitante deverá, ainda, especificar nos campos apropriados do sistema eletrônico, o fabricante, a marca e demais referências que identifiquem o produto cotado, vedada a cotação de opção.

- j) deverá constar na proposta **um número de telefone “toll free” (0800) para suporte técnico.**

- 7.6.1. A proposta de preços enviada implicará em plena aceitação, por parte da Licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 7.7. O Pregoeiro verificará as propostas de preços enviadas, antes da abertura da fase de lances, desclassificando, motivadamente, aquelas que comprovadamente cotarem objeto diverso daquele requerido nesta licitação, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis, informando de tal fato à Licitante desclassificada.
- 7.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, sujeitará a Licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

CAPÍTULO VIII - DA SESSÃO PÚBLICA

- 8.1. A partir das 9:30h do dia 28/12/2012 e de conformidade com o estabelecido neste Edital, terá início à sessão pública do presente Pregão Eletrônico, com a divulgação das Propostas de preços habilitadas em conformidade com o Capítulo VII – Da Proposta de Preços, e que deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente Edital e seus Anexos.
- 8.2. A partir desta mesma data e horário ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no *site* www.comprasnet.gov.br, conforme este Edital.

CAPÍTULO IX - DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 9.1. Somente as Licitantes que apresentaram proposta de preços em consonância com o Capítulo VII, poderão apresentar lances para os itens cotados, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo a Licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 9.1.1. Assim como as propostas de preços, os lances serão ofertados pelo **valor por item** (Região).
- 9.2. As Licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da Licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 9.3. A Licitante somente poderá oferecer lances inferiores ao último por ele ofertado e registrado no sistema eletrônico.

- 9.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.5. Após a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate técnico nos termos do art. 44 da Lei Complementar n.º 123/2006, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte que tiverem atendido o disposto no item 7.3 deste Edital.
- 9.5.1 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou superiores em até 5% à proposta mais bem classificada.
- 9.5.2 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para, em querendo, apresentar nova proposta, de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
- 9.5.3 Não sendo vencedora a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa mais bem classificada na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no subitem 9.5.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 9.6. Este Pregão submete-se às regras relativas ao direito de preferência estabelecidas no Decreto nº 7.174/2010.
- 9.7. Durante o transcurso da sessão pública, as Licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais Licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.
- 9.8. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às Licitantes para a recepção dos lances.
- 9.8.1. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 9.8.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação no *site* www.comprasnet.gov.br.
- 9.9. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo próprio Sistema Eletrônico, de acordo com a comunicação às Licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo Sistema Eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

CAPÍTULO X - DO ENCERRAMENTO DA ETAPA DOS LANCES VIA MEIO ELETRÔNICO

- 10.1. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta de preços classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação.
- 10.2. Cumpridas as etapas anteriores, o Pregoeiro verificará a habilitação da(s) Licitante(s) conforme disposições contidas no presente Edital.
- 10.3. Se a proposta de preços não for aceitável ou se a Licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda a este Edital, sendo a respectiva(s) Licitante(s) declarada(s) vencedora(s) e a ela adjudicada(s) o(s) objeto(s) do certame.
- 10.4. Atendidas as especificações deste Edital, estando habilitada a(s) Licitante(s) e tendo sido aceito o menor preço apurado, o Pregoeiro declarará a(s) empresa(s) vencedora do certame.
- 10.5. A indicação do lance vencedor para cada Item, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.
- 10.6. A proposta de preços atualizada com o último lance deverá ser enviada no prazo de **60 (sessenta) minutos**, via fac-símile, para o número **(61) 3303-1068** ou para o endereço eletrônico **copeli@senado.gov.br**, juntamente com os “folders”, encartes, ou catálogos dos equipamentos ofertados, onde constem as especificações técnicas dos mesmos, conforme item 7.6, letra “i” deste Edital.
- 10.7. A proposta de preços original devidamente atualizada com o último lance, e respectivos “folders”, encartes, ou catálogos dos equipamentos ofertados, deverão ser enviados para a Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal, localizada na Via N2, Unidade de Apoio II do Senado, Brasília-DF, CEP 70.165-900, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis da indicação da Licitante vencedora. Caso a vencedora seja uma empresa estrangeira, este prazo poderá ser estendido para 15 (quinze) dias.
- 10.8. A Licitante detentora da proposta mais bem classificada, que deixar de atender à solicitação prevista nos subitens 10.6 e 10.7, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

CAPÍTULO XI - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 11.1. O julgamento da Proposta de preços dar-se-á pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM (Região), observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos neste Edital.
- 11.2. O preço por item máximo aceitável para esta contratação, conforme pesquisa de mercado realizada, encontra-se informado e as propostas com preço final acima deste valor não serão aceitas.

ITEM	QUANTIDADE	VALOR TOTAL DO ITEM
1	96	R\$ 425.664,00
2	334	R\$1.480.956,00
3	79	R\$ 350.286,00
4	335	R\$ 1.485.390,00
5	156	R\$ 691.704,00

- 11.2.1 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital;
- 11.2.2 Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da Licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 11.3. O empate entre duas ou mais Licitantes somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre a proposta de preços e quando não houver lances para definir o desempate. Neste caso o desempate ocorrerá por meio de sorteio a ser realizado em sessão pública a ser designada para a qual todas as Licitantes serão convocadas. O presente item, não é aplicável no caso do empate técnico disposto no item 9.5. deste Edital.
- 11.4. Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta de preços, que não venham causar prejuízo para o Senado Federal e nem firam os direitos das demais Licitantes.
- 11.5. O resultado desta licitação será publicado no Diário Oficial da União, afixado no Quadro de Avisos do Senado Federal e no site www.comprasnet.gov.br.
- 11.6. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

CAPÍTULO XII – DA AMOSTRA

- 12.1. O Pregoeiro poderá solicitar à primeira classificada, sob pena de desclassificação, amostra dos equipamentos ofertados, a ser entregue no prazo máximo e improrrogável de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da suspensão do certame, para avaliação técnica de compatibilidade e adequação às

especificações do objeto licitado, podendo qualquer interessado acompanhar os testes.

- 12.2. A amostra deverá ser entregue devidamente identificada, com o número da licitação o item do objeto, o nome da licitante, seu telefone e endereço, na Secretaria Especial do Interlegis - SINTER, situada à Via N2, Anexo E do Senado Federal, Brasília, DF, CEP 70165-900.
- 12.3. O Senado Federal se reserva o direito de aceitar ou não a amostra, independentemente da informação contida na proposta em relação à marca, caso não atenda às especificações técnicas exigidas.
- 12.4. Serão realizados testes de desempenho dos equipamentos nas dependências do SENADO/Interlegis, em Brasília-DF, em horário comercial, com fiscalização de servidor designado pela SINTER, utilizando-se o System Information, pacote Norton Utility da Symantec e SiSoftware SANDRA Lite, versão 2012.
- 12.5. Finalizados os testes de desempenho e homologada a amostra, os softwares de avaliação de desempenho serão removidos dos equipamentos.
- 12.6. Será emitido um relatório final com o resultado, contendo a aprovação ou não das amostras apresentadas.
- 12.7. Vencido o prazo de entrega da amostra, não será permitido fazer ajustes ou modificações no equipamento apresentado para fins de adequá-lo à especificação constante do edital.
- 12.8. A amostra será devolvida na forma em que se encontra, após os testes, sem responsabilidade para o Senado.

CAPÍTULO XIII - DA HABILITAÇÃO

- 13.1. Para habilitação neste Pregão Eletrônico, as empresas nacionais deverão estar cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, por meio dos níveis I a IV, com os documentos em plena validade, a qual será verificada “on line”, atendendo, ainda, às seguintes condições:
 - 13.1.1. Apresentar Declaração De Inexistência De Fato Superveniente Impeditivo de Sua Habilitação, atestando a inexistência de circunstâncias que impeçam a empresa de participar do processo licitatório, nos termos do modelo constante do Anexo V deste Edital, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da Licitante, com o número da identidade do declarante.
 - 13.1.2. Declaração da Licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal de 1988, conforme modelo constante do Anexo VI deste Edital;

13.1.3. Apresentar comprovação da boa situação financeira da Licitante, aferida com base nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou maiores que (01) analisada automaticamente pelo SICAF;

13.1.3.1. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 01 (um) em qualquer dos índices referidos no subitem anterior deverão comprovar o capital mínimo ou valor do patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços, na forma da lei, de acordo com os §§ 2º e 3º do artigo 31 da Lei nº. 8.666/93;

13.1.3.2 Apresentar Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

13.1.4. Atestado ou declaração de capacidade técnica, fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa Licitante forneceu objeto compatível em características, quantidades e prazos, com o objeto da presente licitação, conforme modelo constante do Anexo VII deste Edital.

13.1.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT - expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

13.1.6 Apresentar certificações emitidas por instituições públicas ou privadas credenciadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, que atestem, conforme regulamentação específica, a adequação dos seguintes requisitos:

a) Segurança para o usuário e instalações;

b) Compatibilidade eletromagnética;

c) Consumo de energia; e,

d) que as certificações atestem a comprovação de origem dos equipamentos importados e de quitação dos respectivos impostos, quando for o caso.

13.2. Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos, via fac-símile, para o número (61) 3303-1068, ou para o endereço eletrônico copeli@senado.gov.br no prazo de 60 (sessenta) minutos, contados da solicitação do Pregoeiro.

13.3. Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro, à **Secretaria da Comissão**

Permanente de Licitação do Senado Federal, situada na **Via N2, Bloco de Apoio II, do Senado, Brasília-DF, CEP 70.165-900**, sendo que, no caso de empresa licitante estrangeira, este prazo poderá ser estendido para até 15 (quinze) dias.

- 13.4. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
- 13.5. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da Licitante, com indicação do número de inscrição do CNPJ.
- 13.6. Caso a Licitante tenha mais de um domicílio, deverá apresentar documentos para habilitação relativamente a apenas um deles, com mesmo CNPJ.
 - 13.6.1.1 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica a regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
- 13.7. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das Licitantes, constituindo meio legal de prova as informações obtidas pelo Pregoeiro.
- 13.8. As microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
 - 13.8.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;
 - 13.8.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 13.09. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.
 - 13.09.1. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.
- 13.10. A(s) Licitante(s) estrangeira(s) deverá(ão) apresentar todos os documentos equivalentes aos exigidos as Licitantes brasileiras, no caso de ser(em) considerada(s) vencedora.

- 13.11. O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação da Licitante.

CAPÍTULO XIV - DOS RECURSOS

- 14.1. Qualquer Licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, imediatamente após a divulgação da vencedora, em campo próprio do Sistema Eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.
- 14.1.1. Será concedido à Licitante que manifestar a intenção de interpor recurso o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais Licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 14.2. A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.
- 14.3. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.4. A decisão do Pregoeiro deverá ser motivada e submetida à apreciação da Autoridade Competente pela licitação, se não aceito o recurso interposto.
- 14.5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará o objeto e homologará o resultado da licitação para determinar a contratação.
- 14.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal, situada na Via N-2, Bloco de Apoio II, Brasília-DF, CEP 70.165-900, no horário de 08h às 12h e das 14h às 18h.

CAPÍTULO XV - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 15.1. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá ao Diretor Geral Adjunto do Senado Federal.
- 15.2. A homologação deste Pregão compete à Diretora Geral do Senado Federal.
- 15.3. O objeto deste Pregão será adjudicado por item à vencedora do certame.
- 15.4. Quando houver recurso e o Pregoeiro mantiver sua decisão, deverá ser submetido ao Diretor Geral Adjunto do Senado Federal para decidir acerca dos atos do Pregoeiro.

CAPÍTULO XVI - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 16.1. As despesas decorrentes da aquisição dos bens correrão por conta dos recursos consignados na ação 0551.1i29 – Interlegis II – Implementação do Legislativo Eletrônico (e-legislativo), conforme condições estabelecidas no Contrato.

CAPÍTULO XVII - DO TERMO DE CONTRATO

- 17.1. A empresa adjudicatária deverá comparecer para firmar o Contrato, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da convocação. Caso a adjudicatária seja uma empresa estrangeira, este prazo poderá ser estendido para até 15 (quinze) dias.
- 17.2. Na hipótese de a empresa adjudicatária não atender a condição acima ou recusar a assinar o Contrato e não apresentar justificativa porque não o fez, decairá o direito à contratação, conforme preceitua o art. 4º, inciso XVI e XXIII, da Lei nº. 10.520/02, e o Senado Federal convocará outra Licitante classificada e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto no artigo 7º da mesma lei.
- 17.3. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

CAPÍTULO XVIII - DA GARANTIA

- 18.1. Da garantia de execução contratual.
- 18.1.1. A empresa adjudicatária prestará Garantia de Execução, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, numa das seguintes modalidades: seguro garantia, fiança bancária ou caução em dinheiro.
- 18.1.2. Caso a empresa adjudicatária preste garantia por meio de fiança bancária deverá utilizar o modelo constante do Anexo IX.
- 18.1.3. O depósito de garantia de execução contratual deverá obedecer ao seguinte:
- a) Caução em dinheiro deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal. A empresa adjudicatária deverá apresentar como comprovante a via de cor azul.
 - b) Caução em fiança bancária e **seguro-garantia cujo prazo de validade destas garantias será de 12 (doze) meses**, contado a partir da assinatura do contrato.
- 18.1.4. A Garantia de Execução será liberada e restituída pelo Senado Federal à empresa adjudicatária no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, do efetivo cumprimento de todas as suas obrigações contratuais.

CAPÍTULO XIX - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 - Se a licitante e/ou contratada deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, fraudar o processo licitatório, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF ou do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

19.1.1 – No caso de entrega ou apresentação de documentação falsa exigida para o certame, não manutenção da proposta, fraude na execução do contrato, comportamento inidôneo ou de cometimento de fraude fiscal, ficará a contratada ou licitante, conforme o caso, sujeita à aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre:

- a) o valor total do ajuste, se contratada; e
- b) o valor total de sua proposta, se licitante.

19.2. O descumprimento das obrigações e demais condições deste Edital sujeitará a empresa adjudicatária às seguintes sanções, quando for o caso:

- I. Advertência;
- II. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Senado Federal por **prazo não superior a 02 (dois) anos**.
- III. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

19.3. A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta de preços, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta de preços, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a União, e será descredenciada no SICAF, **pelo prazo de até 05 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

19.4. Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado proposta de preços.

19.5. É assegurado à empresa adjudicatária, em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas, o direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

19.6. As sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da empresa adjudicatária devidamente comprovada perante o Senado Federal.

19.7. As sanções pelo descumprimento das obrigações contratuais estão previstas na CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA do Termo de Contrato, Anexo I deste Edital.

CAPÍTULO XX - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

20.1. As Licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira e nas normas do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

CAPÍTULO XXI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Esta Licitação poderá ser revogada por interesse do Senado Federal, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que à Licitante tenha direito a qualquer indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato, obedecendo ao disposto no art. 29, do Decreto nº. 5.450/2005.

21.2. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços de preços.

21.3. Ao Pregoeiro ou a Autoridade Competente, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

21.4. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.5. Após apresentação da proposta de preços não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

21.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo Senado Federal.

21.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais.

21.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação,

e a exata compreensão da sua proposta de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.

- 21.9 As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse do Senado Federal, a finalidade e a segurança da contratação.
- 21.10. Este Edital e seus Anexos, além de poderem ser lidos e retirados através da Internet no *site* www.comprasnet.gov.br, poderão também ser obtidos na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal, situada na Via N-2, Bloco de Apoio II, Brasília-DF, CEP 70.165-900, no horário de 8h às 12h e de 14h às 20h.
- 21.11. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão e serão resolvidos pelo Pregoeiro.
- 21.12. Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica eleito o foro da Justiça Federal, na cidade de Brasília, Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília, 28 de novembro de 2012.

RONALDO WAGNER CARMONA
Pregoeiro

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID

**Programa Multifase de Apoio ao Desenvolvimento do Legislativo Eletrônico no
Brasil (INTERLEGIS II)**

SENADO FEDERAL

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 239/2012
PROCESSO N. 006.505/12-0**

ANEXO I

MINUTA DO CONTRATO

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO por intermédio do SENADO FEDERAL e, do outro, _____, objetivando o fornecimento e entrega de kits de informática compostos de 01 microcomputador e 01 impressora multifuncional, cada.

Aos ____ dias do mês de ____ do ano de 20____, a União, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO/INTERLEGIS ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-16, neste ato representado pelo seu _____, RG n.º ____ (**número**)____, CPF ____ (**número**)____, e a firma _____, CNPJ/MF n.º _____, estabelecida no _____, em _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, (**nacionalidade**), RG _____, CPF _____, residente e domiciliado na _____, celebram o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico N.º 239/2012, homologado pela Senhora Diretora-Geral do SENADO, realizado nos termos do Contrato de Empréstimo n.º 1864/OC-BR, firmado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, conforme faculta o § 5º do Art. 42 da Lei n.º 8.666, de 22.6.93, com suas alterações subsequentes, Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº. 5.450/2005, Decreto nº. 5.504/2005, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei 8.666/93, com suas alterações e legislação correlata, incorporando o edital, seus anexos e a proposta apresentada pela CONTRATADA, fls. ____/____ a este instrumento e sujeitando-se as partes às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o **fornecimento e entrega de kits de informática compostos de 01 microcomputador e 01 impressora multifuncional, com garantia pelo período de 12 (doze) meses**, de acordo com as quantidades e especificações técnicas constantes no Termo de Referência - Anexo II.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Para garantir o cumprimento do presente contrato, o SENADO se obriga a:

- I -** Efetuar o pagamento na forma convencionada neste Instrumento;
- II -** Verificar, através do Termo de Aceite, conforme modelo constante do Anexo X ao edital, se a Câmara Municipal realizou conferência das características dos bens entregues.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato e na legislação pertinente, as seguintes:

- I -** Manter, durante a execução deste contrato, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação;
- II -** Apresentar cópia autenticada do ato constitutivo, sempre que houver alteração do mesmo;
- III -** Fornecer os equipamentos conforme especificações, quantidades, prazos e demais condições estabelecidas. Os equipamentos a serem entregues deverão ser novos, que não tenham sido objeto de uso, reforma ou recondicionamento.
- IV -** Disponibilizar recursos para a abertura e finalização de solicitações de suporte técnico, conforme períodos, horários e condições definidas;
- V -** Disponibilizar às Câmaras Municipais que receberão e instalarão os equipamentos, documentação completa, em português, para orientação técnica, detalhando a interconexão entre todos os equipamentos e periféricos fornecidos, incluindo os testes que deverão ser realizados para comprovação do correto e adequado funcionamento de todos os bens com os esclarecimentos necessários ao seu perfeito funcionamento.
- VI -** Providenciar a importação dos bens em nome do SENADO, quando for o caso, apresentando, por ocasião da entrega, a documentação comprobatória da origem dos bens importados e da quitação dos respectivos impostos, sob pena de rescisão contratual e multa, nos termos do Inciso III, art. 3º do Decreto nº 7.174/2010.
- VII -** Embarcar o bem no porto e/ou aeroporto, nos prazos e condições estabelecidos em sua proposta de preços, quando for o caso;
- VIII -** Entregar os bens tecnologicamente atualizados, no caso de descontinuidade de fabricação dos equipamentos objeto da proposta, com qualidade e desempenho superiores em relação à proposta apresentada desde que não comprometam os requisitos técnicos e de padronização entre os equipamentos ofertados e mediante expressa concordância, por escrito, do SENADO/Interlegis;

- IX -** Disponibilizar atendimento telefônico totalmente gratuito, do tipo 0800 – cujo número deve constar obrigatoriamente da sua proposta, que possa ser acessado não só através de terminais fixos de telefonia pública como também de terminais móveis (telefone celular), com pessoal habilitado a orientar os funcionários das Câmaras Municipais a realizar a instalação de todos os equipamentos e periféricos fornecidos assim como da interconexão dos mesmos, bem como para prestar suporte técnico.
- X -** O atendimento telefônico deverá estar operacional de segunda a sexta-feira das 8:00h às 18:00h horas, horário de Brasília e constante obrigatoriamente na sua proposta.
- XI -** Manter no Brasil, no caso da CONTRATADA não estar situada no Brasil, por meio de empresas de assistência técnica, estoque suficiente de peças sobressalentes, a fim de assegurar a pronta e eficaz manutenção dos bens;
- XII -** Responder por todos os ônus referentes à entrega dos bens ora contratados, desde os salários dos seus empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o presente contrato;
- XIII -** Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou ao SENADO, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir;
- XIV -** Responsabilizar-se:
- a)** por quaisquer acidentes na entrega dos bens, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda, por fatos de que resultem as destruições ou danificações dos bens, e a integral liquidação de indenização acaso devida a terceiros;
 - b)** pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos bens, inclusive licença em repartições públicas, registros, publicações e autenticações deste Contrato e dos documentos a ele relativos, se necessário;
 - c)** a não efetuar quaisquer gastos para propósitos deste Contrato no território de um país que não seja elegível para aquisições segundo as Normas do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.
- XV -** Manter preposto para este contrato que irá representá-la sempre que for necessário.
- XVI -** Apresentar relação com o nome dos municípios em que o(s) fabricante(s) possua(m) Assistência Técnica Autorizada com os respectivos endereços e telefones de contato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os empregados incumbidos da execução dos serviços não

terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Não poderá a contratada veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do Senado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem subrogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

PARÁGRAFO QUARTO – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do Senado.

PARÁGRAFO QUINTO - Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 2009.

CLÁUSULA QUARTA – PADRONIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS DE ACEITE EM FÁBRICA.

A CONTRATADA deverá disponibilizar todos os equipamentos em fábrica, para os testes parciais, em no máximo 35 (trinta e cinco) dias corridos a contar da assinatura deste contrato. A solução completa, incluindo a impressora, será submetida a testes prévios, pelo Interlegis, para verificação da compatibilidade dos produtos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O SENADO FEDERAL/INTERLEGIS designará uma equipe de técnicos, responsável pela padronização, supervisão, aprovação da integração da instalação padrão do Interlegis, a ser replicada em todos os equipamentos durante o processo de fabricação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA deverá montar ambiente especial com bancada para aceite por amostragem para pelo menos 10 (dez) microcomputadores completos, com infraestrutura de energia e rede local.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O sistema operacional, mencionado no item 5, alínea k do Anexo II (Termo de Referência), e demais aplicativos serão configurados pelo Interlegis com a finalidade de geração de uma ou mais imagens a serem instaladas pela CONTRATADA no procedimento de fabricação. Esse procedimento será detalhado em documento a ser elaborado pelas equipes técnicas do Interlegis e da contratada. As licenças de uso de software diferentes das exigidas nas especificações técnicas (Anexo II do edital) serão de responsabilidade do SENADO FEDERAL/INTERLEGIS.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA será responsável pela integração das informações de identificação dos micros, inclusive alimentação de dados em BIOS e áreas de DMI das máquinas, conforme instruções fornecidas pela equipe do Interlegis e corroboradas pela equipe do fabricante.

PARÁGRAFO QUINTO - A CONTRATADA deverá fornecer cópias em mídia DVD, para cada uma das configurações definidas neste contrato e seus anexos, com a

finalidade de recuperação da instalação padrão fornecida pelo Interlegis (DVD de Recuperação).

PARÁGRAFO SEXTO - Os equipamentos que apresentarem defeitos durante os testes parciais em fábrica deverão ser substituídos no prazo máximo de 8 horas úteis.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Os testes parciais em fábrica terão duração máxima de 10 (dez) dias corridos.

CLÁUSULA QUINTA – DA ENTREGA DOS BENS E PROCEDIMENTOS DE INSTALAÇÃO

A CONTRATADA terá um prazo de no máximo 90 (noventa) dias corridos, a partir da assinatura deste instrumento, para fazer a entrega dos equipamentos em todas as Câmaras relacionadas no Anexo____ deste contrato, assim discriminado:

- I - A CONTRATADA deverá disponibilizar todos os equipamentos em fábrica, para os testes parciais, em no máximo 35 (trinta e cinco) dias corridos a contar da assinatura deste contrato;
- II - Os testes parciais em fábrica terão duração máxima de 10 (dez) dias corridos;
- III - a CONTRATADA terá um prazo de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar da conclusão dos testes parciais previstos no inciso II desta cláusula, para fazer a entrega dos equipamentos em todas as Câmaras.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo estipulado no *caput*, quando se tratar de bens adquiridos no mercado externo, exclui o tempo necessário à liberação dos bens no porto e/ou aeroporto de destino.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A relação das Câmaras constantes no anexo III deste contrato poderá sofrer pequenas alterações, sempre dentro da mesma região do respectivo Item, caso seja necessário substituir alguma que não tenha cumprido as exigências do Projeto para entrega dos equipamentos;

- 1 - Na hipótese de ocorrer a situação neste parágrafo, o SENADO/Interlegis comunicará formalmente à CONTRATADA sobre a referida substituição.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Serão de responsabilidade da CONTRATADA todas as rotinas de encaixotamento e montagem de equipamentos para envio às Câmaras Municipais.

PARÁGRAFO QUARTO - Os equipamentos deverão ser despachados pela CONTRATADA em embalagens apropriadas e lacradas, de forma a não haver dano durante a operação de transporte e de carga e descarga, assinalando na embalagem a marca, destino e, quando for o caso, número da Licença de Importação ou documento equivalente, com as especificações detalhadas ou documento equivalente, para conferência. Caso alguma embalagem chegue violada ou em discordância com a nota fiscal de remessa, o responsável indicado pela casa legislativa não poderá aceitá-la e

deverá notificar a transportadora, procedendo naquele momento à devolução do equipamento;

PARÁGRAFO QUINTO - Os equipamentos deverão ser entregues na sede das Câmaras Municipais dos municípios constantes do(s) Item(s) _____ do Anexo ____, no prazo previsto no *caput* desta cláusula, rigorosamente dentro das marca(s) e especificação(ões) discriminada(s) em sua proposta, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais, exceto nas situações previstas no inciso VIII da Cláusula Terceira.

PARÁGRAFO SEXTO – A CONTRATADA deverá entregar os equipamentos sempre acompanhados dos respectivos manuais técnico-operacionais, redigidos em português; bem como com todos os *drivers* e programas necessários ao funcionamento dos componentes do equipamento, acompanhados de mídia original do fabricante e instruções de instalação, em português.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O equipamento deverá ser acompanhado por uma Nota de Remessa, que será assinada pelo recebedor do objeto. No caso de equipamentos importados caberá à CONTRATADA apresentar também a documentação comprobatória da origem dos bens importados e da quitação dos respectivos impostos, sob pena de rescisão contratual e multa, nos termos do Inciso III, art. 3º do Decreto nº 7.174/2010, conforme inciso II do caput da Cláusula Décima Terceira.

PARÁGRAFO OITAVO - As Câmaras Municipais deverão assinar e fazer constar nas Notas Fiscais/Faturas dos equipamentos, periféricos e materiais fornecidos, indispensável para a instrução do processo de pagamento ao fornecedor, a data, CPF e RG do responsável pelo recebimento dos equipamentos. O documento fiscal será encaminhado, posteriormente, pela CONTRATADA, ao SENADO FEDERAL/INTERLEGIS, para fins de pagamento dos equipamentos entregues juntamente com os respectivos Termos de Aceite emitidos pela Câmaras Municipais, conforme modelo constante do Anexo X do edital .

PARÁGRAFO NONO - Efetivada a entrega, os equipamentos serão recebidos **definitivamente**, pelo representante da Câmara Municipal indicado, mediante emissão de termo circunstanciado - ***Termo de Aceite*** -, após verificação das quantidades e especificações do objeto, bem como da documentação apresentada pela CONTRATADA; o Termo de Aceite será entregue ao transportador que o encaminhará à CONTRATADA juntamente com o comprovante de entrega da mercadoria.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Não aceito(s) o(s) bem(s) entregue(s), A CONTRATADA será comunicada formalmente para que proceda a respectiva e imediata substituição, em um prazo não superior a 10 (dez) dias úteis.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Não caberá ao SENADO qualquer ônus pela rejeição de produtos considerados inadequados pelo recebedor do objeto.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Os equipamentos deverão ser instalados conforme a seguir:

I - por funcionários das Câmaras Municipais mediante documentação completa fornecida para tal finalidade disponibilizada pela CONTRATADA, em

português, a qual detalhará a interconexão entre todos os EQUIPAMENTOS E PERIFÉRICOS FORNECIDOS, incluindo os testes que deverão ser realizados para comprovação do correto e adequado funcionamento de todos eles.

II - A CONTRATADA disponibilizará um atendimento telefônico totalmente gratuito, que possa ser acessado não só através de terminais fixos de telefonia pública como também de terminais móveis (telefone celular), do tipo 0800, com pessoal habilitado a orientar os funcionários das Câmaras Municipais a realizar a instalação de todos os equipamentos e periféricos fornecidos, assim como proceder à interconexão dos mesmos.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DE FUNCIONAMENTO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

O prazo de garantia de funcionamento dos equipamentos será de 12 (doze) meses, a contar do Termo de Aceite dos equipamentos, assinado pelos servidores das Câmaras Municipais. Os serviços de garantia de funcionamento dos equipamentos incluem:

- I - serviços de suporte técnico;
- II - manutenção corretiva; e,
- III- realização de testes para corrigir defeitos, inclusive com substituição do equipamento, quando necessário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Se durante as manutenções for verificada a necessidade de substituição de peça e/ou componente dos equipamentos, ou até mesma a substituição completa do(s) equipamento(s), essa deverá ocorrer sem custo adicional para o SENADO FEDERAL/INTERLEGIS.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O tempo de solução, incluindo obtenção de peças de reposição, não poderá ultrapassar:

- I - 48 (quarenta e oito) horas quando se tratar de Assistência Técnica Autorizada localizada em Capital do Estado, após a entrega para o reparo, pela Camara Municipal, descontados sábados, domingos e feriados;
- II - 72 (setenta e duas) horas quando se tratar de Assistência Técnica Autorizada localizada em município distinto de Capital de Estado, descontados sábados, domingos e feriados;

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os equipamentos ou componentes não reparados no prazo estipulado deverão ser substituídos pela contratada, com um prazo extra de, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas.

PARÁGRAFO QUARTO - Os serviços de manutenção corretiva serão executados no Município da Câmara ou no mínimo na Capital do Estado a que pertence.

PARÁGRAFO QUINTO - A CONTRATADA deverá disponibilizar telefone “toll free” (0800) para suporte técnico e que deverá estar operacional de **segunda a sexta-feira** das **8:00h às 18:00h**, horário de Brasília.

PARÁGRAFO SEXTO - Entende-se por “suporte técnico” as atividades que incluem, mas não se limitam a, execução e provimento de informação, assistência e orientação para: instalação, desinstalação, configuração, substituição e atualização de programas (software) e dispositivos físicos (hardware); aplicação de correções (patches) e atualizações de software; diagnósticos, avaliações e resolução de problemas; ajustes finos e customização da solução; características dos produtos; e demais atividades relacionadas à correta operação e funcionamento da solução da melhor maneira possível.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Entende-se por “manutenção corretiva” uma série de procedimentos destinados a recolocar os equipamentos em seu pleno estado de funcionamento, removendo definitivamente os defeitos apresentados.

PARÁGRAFO OITAVO - As solicitações de suporte técnico terão origem em decorrência de qualquer evento ou problema detectado pelo SENADO FEDERAL/INTERLEGIS ou pelas Câmaras Municipais, no tocante ao pleno estado de funcionamento dos equipamentos, incluindo problemas relacionados com instalação, configuração e atualização.

- I - Na abertura do chamado, a CONTRATADA fará registro da solicitação, com, no mínimo, as seguintes informações:
 - a - modelo e número de série do equipamento;
 - b - problema observado;
 - c - nome, telefone, e-mail do profissional da Equipe Técnica do SENADO FEDERAL/INTERLEGIS ou Câmara Municipal responsável pela solicitação do suporte técnico.
- II - A CONTRATADA deverá registrar a solicitação, gerando algum número, código ou protocolo que servirá de referência para acompanhamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS NÍVEIS DE SERVIÇO (NSE)

Durante o período garantia dos equipamentos a CONTRATADA deverá atender às solicitações do SENADO FEDERAL/INTERLEGIS e das Câmaras Municipais, no horário estipulado no parágrafo quinto da Cláusula Sexta, respeitando as condições e níveis de serviço especificados nesta cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os Níveis de Serviço Exigidos (NSE) serão contados a partir das solicitações de suporte técnico e serão classificados conforme as severidades especificadas a seguir:

- I) Severidade **ALTA**: Esse nível de severidade é aplicado quando houver frequente reincidência no descumprimento dos prazos estabelecidos nos parágrafos segundo, terceiro e quinto da Cláusula Sexta:

Município onde for atendido o pedido de Garantia	
Capitais de UF	Outros Municípios
Mais de 10 (dez) ocorrências em um mesmo mês, considerando-se todas as capitais de estado de um mesmo Item.	Mais de 15 (quinze) ocorrências em um mesmo mês, em municípios de um mesmo Item.

- II) Severidade **MÉDIA**: Esse nível de severidade é aplicado quando houver reincidência no descumprimento dos prazos estabelecidos nos parágrafos segundo, terceiro e quinto da Cláusula Sexta:

Município onde for atendido o pedido de Garantia	
Capitais de UF	Outros Municípios
Mais de 5 (cinco) ocorrências em um mesmo mês, considerando-se todas as capitais de estado de um mesmo Item.	Mais de 8 (oito) ocorrências em um mesmo mês, em municípios de um mesmo Item.

- III) Severidade **BAIXA**: Esse nível de severidade é aplicado quando houver reincidência no descumprimento dos prazos estabelecidos nos parágrafos segundo, terceiro e quinto da Cláusula Sexta:

Município onde for atendido o pedido de Garantia	
Capitais de UF	Outros Municípios
Mais de 2 (duas) ocorrências em um mesmo mês, em uma mesma capital de estado.	Mais de 3 (três) ocorrências em um mesmo mês, em um mesmo município.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Sempre que houver quebra dos NSE, a Câmara Municipal deverá notificar o SENADO FEDERAL/INTERLEGIS, que emitirá ofício de notificação à CONTRATADA, que terá prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento do ofício, para apresentar as justificativas para as falhas verificadas. Caso não haja manifestação dentro desse prazo ou caso o SENADO

FEDERAL/INTERLEGIS, entenda serem improcedentes as justificativas apresentadas, será iniciado processo de aplicação de penalidades previstas, conforme o nível de serviço transgredido.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO FEDERAL/INTERLEGIS pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, os valores unitários a seguir, conforme proposta da CONTRATADA de fls. _____, não sendo permitida em nenhuma hipótese a antecipação de pagamentos.

Item	Unid	Quant.	Especificação	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
	Um		Kit de informática (composto de 1 (um) microcomputador e de 1 (uma) impressora multifuncional)		

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor global do presente instrumento é de R\$ _____, compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caberá ao Gestor deste Contrato, de posse das Notas de Remessa e dos Termos de Aceite emitidos pelas Câmaras Municipais e encaminhados pela CONTRATADA, conforme Parágrafo Oitavo da Cláusula Quinta, atestar o recebimento dos equipamentos e aprovar a liberação do pagamento dos equipamentos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento do objeto deste contrato será feito por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, no prazo de até **30 (trinta) dias corridos**, a contar do recebimento definitivo de todos os equipamentos entregues pela CONTRATADA, ressalvada a hipótese prevista no § 3º do art. 5º da Lei nº 8.666/1993, condicionada a apresentação ao SENADO FEDERAL/INTERLEGIS do documento fiscal, em 2 (duas) vias, com a discriminação dos equipamentos, quantidades, preços unitários e o valor total, acompanhada do original da Nota de Empenho e termo de aceite, ficando condicionado o pagamento à prévia atestação do Gestor deste contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – O pagamento ficará condicionado à apresentação da garantia prevista na Cláusula Décima Segunda, devendo a CONTRATADA entregar também os comprovantes atualizados de:

- I - regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS),
- II - com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e da,
- III - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação de penalidades.

PARÁGRAFO QUINTO - No ato do pagamento deverá ser comprovada a manutenção

das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO - As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal/fatura apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o prazo constante do parágrafo terceiro desta cláusula será suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

PARÁGRAFO OITAVO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no parágrafo terceiro e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM = I x N x VP**, onde:

EM = Encargos Moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso;
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE

O preço dos equipamentos será fixo e irrevogável.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 65, inciso II e §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/1993,.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do fornecimento dos bens, objeto do presente Contrato, correrão à conta dos recursos consignados na ação 0551.1i29- Interlegis II – Implementação do Legislativo Eletrônico (e-legislativo).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

A CONTRATADA prestará garantia de R\$_____ (_____) correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente contrato, nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/93, em uma das seguintes modalidades:

I. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II. Seguro-garantia; ou

III. Fiança bancária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O SENADO fica autorizado a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do objeto deste contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da **CONTRATADA** ou de preposto seu ou, ainda, para satisfazer qualquer obrigação resultante ou decorrente de suas ações ou omissões.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A autorização contida no parágrafo anterior é extensiva aos casos de multas aplicadas, após esgotado o prazo recursal.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA se obriga a repor, **no prazo de 72 (setenta e duas) horas**, o valor da garantia que vier a ser utilizado pelo SENADO.

PARÁGRAFO QUARTO - A garantia prestada será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

PARÁGRAFO QUINTO - A garantia será restituída, automaticamente, ou por solicitação, somente após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, transcorridos 12 (doze) meses a contar do recebimento definitivo do objeto, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados ao SENADO.

PARÁGRAFO SEXTO - Nas hipóteses de a garantia ser prestada nas formas previstas nos incisos II e III, não se admitirá que os respectivos documentos contenham qualquer termo ou condição que limitem ou frustrem a plena execução do valor da garantia ofertada.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A CONTRATADA tem o prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir da data de assinatura deste contrato, para efetivar a prestação da garantia e apresentar o comprovante respectivo.

PARÁGRAFO OITAVO - A execução deste contrato será acompanhada e fiscalizada por servidores ou comissão nomeada pelo SENADO FEDERAL/INTERLEGIS, designados como Representantes que anotarão, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução deste contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestarão as notas fiscais/faturas de serviço, para fins de pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, o SENADO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I. Advertência quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato, ou ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do SENADO, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II. Multas:

a) de **0,03 % (três centésimos por cento)**, por dia de atraso sobre o valor dos equipamentos entregues com atraso, quando a adjudicatária, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida. A partir do *décimo* dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro, e **decorridos 30 (trinta) dias corridos** de atraso, a **CONTRATANTE** poderá decidir pela continuidade da multa ou pelo cancelamento do pedido ou documento correspondente, em razão da inexecução total do respectivo objeto, aplicando, na hipótese de inexecução total, apenas a multa prevista na alínea “b” deste inciso;

b) de **20% (vinte por cento)** sobre o valor total do fornecimento, na hipótese de inexecução total, caracterizada esta quando a execução do objeto contratado for inferior a 50% (cinquenta por cento) do total, quando houver reiterado descumprimento das obrigações assumidas, ou quando o atraso na execução ultrapassar o prazo limite de **30 (trinta) dias corridos**, a que se refere a alínea “a” deste inciso, hipótese em que será cancelado o pedido ou documento correspondente;

III. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo **prazo não superior a 2 (dois) anos**;

IV - impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciamento no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

V. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base nos incisos III e IV desta cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor correspondente a qualquer multa aplicada à CONTRATADA, respeitando o princípio do contraditório e o princípio da ampla defesa, deverá ser descontado da garantia prestada, nos termos do art. 86, § 2º, da Lei nº

8.666/93, e, caso insuficiente, deverá ser pago mediante depósito identificado no Banco do Brasil, favorecido **CONTA ÚNICA DO TESOIRO, identificador 020054 00001 28867-5**, informando o CNPJ da empresa como depositante, ficando a CONTRATADA obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia do depósito efetuado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Decorrido o **prazo de 10 (dez) dias corridos**, para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em **até 60 (sessenta) dias corridos**, após a data da notificação, e, após este prazo, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A multa, aplicada após regular processo administrativo, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou, se insuficiente, da garantia prestada na forma da cláusula nona deste contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a CONTRATADA responderá pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto ao SENADO, decorrente das infrações cometidas.

PARÁGRAFO SEXTO - As sanções previstas nos incisos I, III, IV e V desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do § 2º, do artigo 87, da Lei nº. 8.666/93.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A sanção estabelecida no inciso IV e V desta Cláusula é de competência exclusiva do Primeiro Secretário do Senado Federal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias corridos, de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua publicação, nos termos do § 3º, do artigo 87, da Lei nº. 8.666/93.

PARÁGRAFO OITAVO - Sem prejuízo das sanções previstas nos incisos II e V desta cláusula, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/02, a CONTRATADA ainda poderá ser impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o contraditório e a ampla defesa, sempre que ocorrer alguma das seguintes hipóteses:

- I** - apresentar documentação falsa;
- II** - fraudar na execução do contrato;
- III** - comportar-se de modo inidôneo;
- IV** - fazer declaração falsa;

V - cometer fraude fiscal.

PARÁGRAFO NONO - A ocorrência de algumas das hipóteses constantes do parágrafo anterior enseja a rescisão unilateral deste contrato, sujeitando-se a CONTRATADA à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global deste contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A não apresentação da garantia contratual prevista na cláusula Décima Segunda sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor global deste contrato, até o limite de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Pelo atraso na execução do objeto, a CONTRATADA será multada em percentuais definidos no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	MULTA
Ocorrência de severidade ALTA, conforme previsto no Parágrafo Primeiro da Cláusula Sétima.	2% (dois por cento) do valor deste contrato.
Ocorrência de severidade MÉDIA, conforme previsto no Parágrafo Primeiro da Cláusula Sétima.	1% (um por cento) do valor deste contrato.
Ocorrência de severidade BAIXA, conforme previsto no Parágrafo Primeiro da Cláusula Sétima.	0,5% (meio por cento) do valor deste contrato.

A aplicabilidade das multas previstas neste parágrafo fica limitada a um total de 5% (cinco por cento) do valor deste contrato.

PARAGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Quando da inexecução de obrigação contratual não prevista ou excedente ao parágrafo anterior, a CONTRATADA ficará sujeita à multa de até 10% (dez por cento) do valor global deste contrato, sem prejuízo do preceituado no parágrafo 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

PARAGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Além das multas previstas nos parágrafos anteriores, no caso deste contrato vir a ser rescindido por culpa exclusiva da CONTRATADA, será aplicada multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global deste contrato, fixada a critério do SENADO, em função da gravidade apurada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão deste contrato poderá ser:

- I -** determinada por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93;
- II -** amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação,

desde que haja conveniência para o SENADO; ou

III - judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUARTO - Ao SENADO é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura e sua duração será de 12 (doze) meses consecutivos a contar do recebimento definitivo do objeto previsto no parágrafo nono da clausula quinta.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO.

A publicação do presente contrato no Diário Oficial, por extrato, será providenciada até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no **prazo de 20 (vinte) dias corridos**, daquela data, correndo as despesas a expensas do SENADO.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO.

A CONTRATADA deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução deste contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira e nas normas do BID.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O BID reserva-se o direito de, diretamente ou por agente por ele designado, realizar inspeções ou auditorias nos registros contábeis e nos balanços financeiros da CONTRATADA relacionados com a execução deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se, de acordo com o procedimento administrativo do Banco, ficar comprovado que um funcionário da CONTRATADA ou quem atue em seu lugar incorreu em práticas corruptas, o Banco poderá declarar inelegíveis a CONTRATADA e/ou seus funcionários diretamente envolvidos em práticas corruptas, temporária ou permanentemente, para participar em futuras Licitações ou Contratos financiados com recursos do Banco.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos Gestores ou Comissão designados pelo Diretor Geral promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO.

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília – DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

Declaram as partes que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

E, por assim estarem de pleno acordo, assinam o presente Instrumento, **em 02 (duas) vias, de igual teor e forma**, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram.

Brasília-DF, ____ de _____ de 20__.

SENADO FEDERAL

TESTEMUNHAS: NOME: CPF: CI:

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: NOME: CPF: CI:

SENADO FEDERAL
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID

**Programa Multifase de Apoio ao Desenvolvimento do Legislativo Eletrônico no
Brasil (INTERLEGIS II)**

PROCESSO Nº 006.505/12-0

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto.

O presente Termo de Referencia trata da Contratação de empresa(s) especializada(s) no **fornecimento de Kits de informática compostos de Microcomputadores e Impressoras multifuncionais, com garantia de funcionamento de fabrica pelo período de 12 (doze) meses**, de acordo com as quantidades e especificações técnicas constantes abaixo e no item 05 deste Anexo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL DO ITEM
Item 1 – Região Norte	kits de informática compostos de 01 microcomputador e 01 impressora multifuncional, com garantia de funcionamento pelo período de 12 (doze) meses	96	R\$ 425.664,00
Item 2 – Região Nordeste	kits de informática compostos de 01 microcomputador e 01 impressora multifuncional, com garantia de funcionamento pelo período de 12 (doze) meses	334	R\$1.480.956,00
Item 3 – Região Centro Oeste	kits de informática compostos de 01 microcomputador e 01 impressora multifuncional, com garantia de funcionamento pelo período de 12 (doze) meses	79	R\$ 350.286,00
Item 4 – Região Sudeste	kits de informática compostos de 01 microcomputador e 01 impressora multifuncional, com garantia de funcionamento pelo período de 12 (doze) meses	335	R\$ 1.485.390,00
Item 5 – Região Sul	kits de informática compostos de 01 microcomputador e 01 impressora multifuncional, com garantia de funcionamento pelo período de 12 (doze) meses	156	R\$ 691.704,00

2. Justificativa:

2.1. Justificativa da necessidade do Objeto:

Em 11 de Dezembro de 2007 foi assinado o contrato de empréstimo nº 1864/OC-BR, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para apoiar o Programa Interlegis II, tendo como executor o SENADO FEDERAL, por intermédio da Secretaria Especial do Interlegis - SINTER.

No Anexo A, item 2.02, vii, do referido contrato, está previsto a integração de novas Casa à Comunidade Virtual do Legislativo por meio da aquisição e distribuição de Kit de equipamentos, serviços e suporte a Casas Legislativas não atendidas na primeira etapa do Programa Interlegis. Nessa primeira etapa foram contempladas 3.500 Casas.

Tendo em vista que os equipamentos doados na primeira fase do Programa já estão bastante defasados, devido ao avanço tecnológico, verificou-se a necessidade de se elaborar novas especificações para esta aquisição de modo a garantir a consolidação da Rede Nacional do Interlegis (RNI), componente 1, prevista no item II, A, do citado Anexo A do contrato de empréstimo.

Em cada localidade será entregue um conjunto de recursos informáticos para os seguintes usos:

- Treinamento de usuários e de pessoal técnico;
- Acesso via Internet ao Núcleo Central do Projeto Interlegis;
- Desenvolvimento de aplicativos;
- Hospedar aplicativos e bases de dados locais.

2.2. Justificativa para o parcelamento ou não do objeto.

Sugerimos que a contratação seja feita por regiões, dando possibilidade de participação de empresas regionais, propiciando assim um numero maior de participantes.

Também recomendamos a aquisição das impressoras em conjunto com os microcomputadores, devido ao risco de inviabilizar a verificação da solução e seu aceite em ambiente de fábrica, pois não teríamos todos os itens mínimos necessários ao mesmo tempo para os testes previstos. Outra grande dificuldade diz respeito à garantia e manutenção do funcionamento do conjunto em produção, quando suas partes são administradas por fornecedores diferentes.

Além do exposto, acreditamos que a promoção de fracionamentos na solução, poderia incorrer na perda de economia de escala.

3. Indicação da equipe técnica responsável pelo Termo de Referencia e Gestores.

A equipe técnica responsável pela elaboração deste Termo de Referencia foi composta pelos servidores:

- . José Vilson da Silva (SSTIN/SEIT) matricula 5064-0
- . Francisco Julio de Paiva Rebelo (SSTIN/SEIT) matricula 10643-7
- . Fabio Kaiser Rauber (SSTIN/SEIT) matricula 22661-3

A gestão do contrato caberá aos servidores Claudio Alves Cavalcante, matricula 4541-2, como titular e Mateus Gontijo Sant'anna, matricula 22668-6, como substituto e a fiscalização do ajuste passa a ser da SINTER/SSTIN/SEIT, a quem cabe acompanhar o procedimento licitatório e atuar na execução do ajuste, prestando os esclarecimentos solicitados pela Comissão Gestora para o fiel cumprimento das obrigações contratuais assumidas.

4. Resumo da Analise de Mercado

Esta aquisição não está relacionada a um fabricante específico, sendo que os produtos a serem adquiridos devem, necessariamente, suportar e ter capacidade de executar padrões técnicos específicos. A necessidade do SENADO FEDERAL/INTERLEGIS poderá ser atendida por diversos fornecedores conforme pesquisas efetuadas na Internet e em atendimento pessoal a representantes de possíveis licitantes que procuraram a equipe técnica.

Verifica-se, assim, que os equipamentos pretendidos poderão ser fornecidos por diversas empresas no mercado, fabricantes ou revendedores, inclusive com garantia de fábrica e rede de credenciadas habilitadas a prestar serviço de manutenção, inclusive com a substituição de peças e componentes.

Considerando-se que o objeto pode ser fornecido por diversas empresas do mercado, e por apresentar características padronizadas e usuais que podem ser especificadas de forma objetiva, conclui-se que a aquisição pretendida é comum e, portanto, observando-se a legislação vigente, recomenda-se a realização da licitação sob a modalidade de Pregão Eletrônico ou Presencial, selecionando-se a melhor proposta pelo menor preço por item.

5. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DOS MICROCOMPUTADORES E IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS.

Estes ambientes disporão de um microcomputador, uma impressora multifuncional, além de softwares, conforme descritos a seguir:

Descrição
Microcomputador

a) Arquitetura.

Os microcomputadores deverão ser baseados na arquitetura de 64 bits com núcleo quádruplo (quad core) ou superior, com total compatibilidade com aplicativos de 32 e 64 bits, e com padrão ergonômico.

Deverão apresentar desempenho igual ou superior a 2.65 kPT mensurado pelo software SiSoftware SANDRA Lite, versão 2012, Overall Score/Aggregated Score em plataforma Windows 7 / 32 bits

b) Processador.

- i. Não serão aceitos equipamento que utilizem mais de um tipo de processador, ou seja, processadores de marcas e/ou modelos e/ou tecnologias diferentes.
- ii. Não será permitido nenhum tipo de configuração especial para operação da CPU em velocidade superior à especificação de fábrica, seja qual for o motivo (overclocking).
- iii. Possuir processo de fabricação em vigor por pelo menos 90 (noventa) dias após a publicação do edital.

c) Placa-mãe (motherboard) compatível com os processadores oferecidos, obedecendo aos seguintes requisitos mínimos:

- i. Possuir um slot PCI-express x16 ou superior e dois slots PCI-express x1 ou superior, sendo que os dois últimos deverão estar obrigatoriamente livres (será aceita a substituição de um dos slots PCI-express x1 por um slot PCI versão 2.2 ou superior de 32 bits).
- ii. Possuir suporte a velocidades de barramento de sistema (system bus) compatíveis com o processador fornecido.
- iii. Possuir capacidade de memória de no mínimo 4 (quatro) Gigabytes.
- iv. Possuir chipset com suporte à memória do tipo dual channel DDR3-1333 ou superior e um número par de pentes de memória operando de forma absolutamente estável na modalidade Dual Channel.
- v. Possuir suporte para dispositivos de rede Ethernet Wake on Lan (WOL).
- vi. Possuir definição de cores para os conectores de entrada e saída de acordo com o padrão ATX ou superior.
- vii. Possuir controladora on-board do tipo SATA-IO com velocidade de 3Gb/s, para conexão de pelo menos 2 (dois) discos rígidos.
- viii. Possuir controladora adicional IDE ou SATA-IO para conexão de dispositivos de gravação e leitura de CD/DVD.
- ix. Possuir pelo menos 8 (oito) portas USB versão 2.0 ou superior.
- x. Possuir suporte ao padrão ACPI 2.0 de gerenciamento de energia ou superior.
- xi. Ser compatível com Windows XP, Windows 7 de 32 e 64 bits e software livre (ubuntu 16.04 ou superior).
- xii. Possuir BIOS com memória do tipo flash, funções "plug & play", relógio - calendário, senha de acesso ativada e desativada via setup, capacidade de ativar e desativar o disco de boot através de qualquer unidade suportada, implementada com suporte ao ACPI (Advanced Configuration and Power Interface), DMI (Desktop Management Interface) 2.0 ou superior e Wired for Management (Wfm).
- xiii. Possuir sistema de proteção contra falhas de gravação de BIOS ou, na ausência desse sistema, um de proteção contra gravação de BIOS.
- xiv. Possuir porta paralela ou adaptador USB para porta paralela.

- xv. Ser do mesmo fabricante do equipamento ou projetada especificamente para o projeto, não sendo aceitas placas de livre comercialização no mercado.

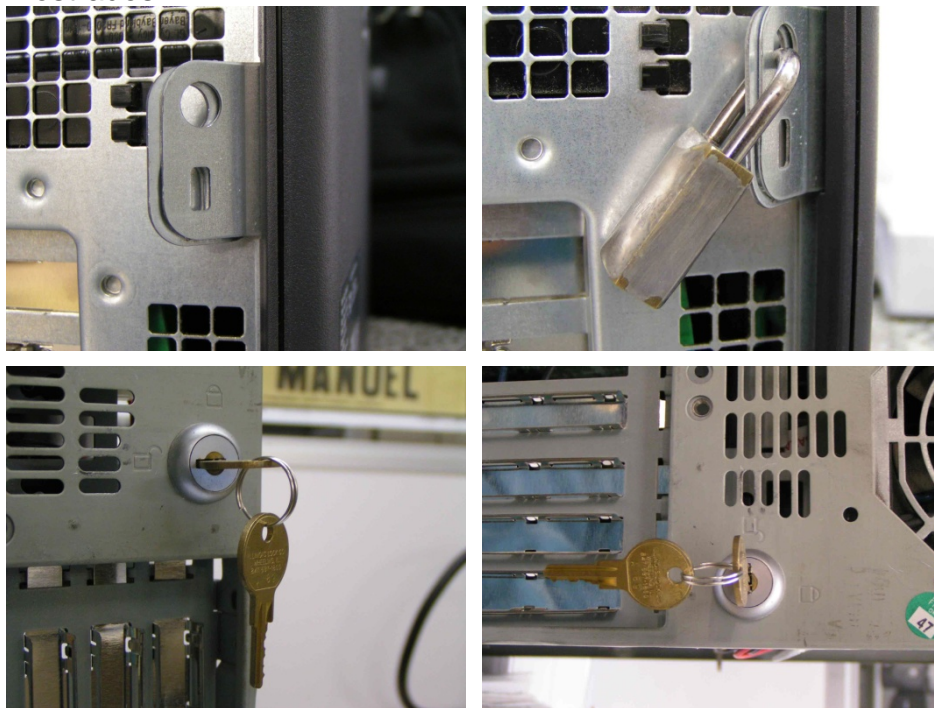
d) Subsistema de Armazenamento.

- i. 02 (dois) discos rígidos com as seguintes características:
 - a. Tecnologia SATA-IO de 3 Gb/s ou superior.
 - b. Tecnologia NCQ (Native Control Queue) ou superior.
 - c. Tecnologia Self Monitoring Analysis and Report (SMART), para identificar e alertar erros que possam significar tendência de falha.
 - d. Possuir velocidade de rotação mínima de 7200 (sete mil e duzentos) RPM.
 - e. Possuir tempo de acesso médio igual ou inferior a 10 (dez) milissegundos.
 - f. Capacidade de armazenamento de no mínimo 1 terabyte, composto por dois discos de 500Gb (Quinhentos) gigabytes.
- ii. Unidade combinada de gravação de DVD dual layer e gravadora de CD, padrão IDE ou SATA-IO, com velocidade de leitura de CD mínima de 40X, leitura de DVD mínima de 16X, compatível com CD-ROM, CD-DA, CD-Photo, CD-I FMV, CD-Extra, CD-Video e CD-R/RW, DVDROM, DVD +R –R, DVD +RW –RW, DVD-VIDEO e DVD-AUDIO, Dual Layer. A unidade deverá ter garantia de funcionamento tanto na posição vertical quanto na horizontal, quando estiver alojada em gabinete do tipo desktop.

e) Gabinete padrão ATX ou BTX com as seguintes características:

- i. Ser construído de forma a não possuir nenhuma borda interna cortante, utilizando chapa dobrada nas bordas, a fim de evitar cortes durante o manuseio e danos a cabos e periféricos.
- ii. Todas as baias com acesso externo que não forem utilizadas devem ter um perfil metálico em U parafusado nas laterais, à semelhança do disco rígido ou floppy, de forma a evitar o acesso ao interior do gabinete. O painel frontal deverá ser preso com parafusos, travas ou chave.
- iii. Ser do tipo Midi-torre ATX ou BTX com sistema de ventilação compatível com a tecnologia dos processadores, seguindo as recomendações do fabricante do processador. O gabinete poderá ser entregue nos padrões Small Form Factor ou Small Desktop Factor, com as ressalvas de número de baias definidas abaixo. No caso de gabinetes SFF ou SDF, o design do gabinete deverá ser comprovadamente do próprio fabricante do micro ou por ele formalmente homologado.
- iv. Possuir indicativos frontais de força ligada e acesso ao disco rígido.
- v. Possuir fonte de alimentação interna padrão ATX ou BTX com potência e conectores suficientes para suportar a configuração máxima prevista para o equipamento, incluindo as possíveis expansões, automática para 110 V e 220 V.
- vi. A posição da fonte, no gabinete, não poderá cobrir, no todo ou parcialmente, o Processador e seu respectivo ventilador.
- vii. Possuir sistema integrado no gabinete para abertura e fechamento sem a utilização de qualquer tipo de ferramenta. Por sistema integrado entenda-se dispositivos que fazem parte do desenho original do fabricante. Não serão aceitos grampos ou peças estranhas ao conjunto original do gabinete.
- viii. Possuir dispositivo integrado ao gabinete que permita o fechamento da tampa de acesso aos componentes internos, através da utilização de cadeado, chave integrada ou sistema de trancamento eletrônico. O

posicionamento do dispositivo deverá impedir qualquer acesso aos componentes internos da máquina. O cadeado ou chave integrada deverá ficar na parte traseira da máquina, sem aparecer nas laterais. Em qualquer dos casos, os dispositivos deverão possuir chave mestra para utilização durante os procedimentos de manutenção. Somente serão aceitos sistemas Kensington com cadeado, ou dispositivos de trancamento conforme mostrados:



f) Subsistema de Som com as seguintes características:

- i. Dispositivo de som estéreo, integrado à placa principal, padrão AC97 ou comprovadamente superior.
- ii. Par de caixas acústicas com amplificador estéreo com potência mínima de 2 (dois) Watt RMS por canal e no mínimo controles de liga/desliga e de volume. As caixas acústicas deverão ser fornecidas em lote único da mesma marca e modelo. As caixas poderão ser integradas aos monitores LCD, desde que possuam controle de volume e potência não inferior a 2 (dois) Watt RMS por canal.

g) Rede com as seguintes características

Placa Gigabit Ethernet 10/100/1000 Mbps com recursos Wake on LAN (WOL) ou superior, com total compatibilidade com os padrões Gigabit Ethernet e Intel PXE (Preboot eXecution Environment).

h) Teclado, Mouse e Estabilizador com as seguintes características:

- i. Teclado, destacável do gabinete com ajuste de inclinação, do tipo estendido de 104 teclas, com teclas separadas para movimentação do cursor e teclado numérico separado, atendendo aos padrões das normas ABNT NBR 10346 variante 2 e 10347, com conexão USB.
- ii. Mouse ótico, de dois botões, e dispositivo de rolagem de tela, devendo possuir resolução mínima por hardware de 400 DPI, com conexão USB.

- iii. Estabilizador de tensão certificado conforme norma NBR 14373, com potência não inferior a 500 (quinhentos) VA, entrada com comutação automática para redes elétricas de 110 ou 220 V e 5 (Cinco) saídas de 110 V com tomadas no padrão NBR 14136. A disposição das tomadas deverá permitir a ligação de um conversor de alimentação sem impedir o acesso às demais tomadas. O cálculo da potência necessária para a perfeita operação do microcomputador é de total responsabilidade do fornecedor, o qual deve considerar as folgas necessárias para operação do equipamento com todas as possíveis expansões, o monitor de vídeo e a impressora multifuncional a ser fornecida no kit.
- iv. Deverá ser fornecido um adaptador para conexão de pino macho NBR 14136 para tomadas padrão 2p+T.

i) Adaptador de Vídeo com as seguintes características:

- i. Barramento PCI Express x16.
- ii. Suporte ao padrão SVGA para as resoluções de, no mínimo, 640x480, 800x600, 1024x768 e 1280x1024 em modo não entrelaçado.
- iii. Memória da placa de vídeo do tipo DDR ou superior, de no mínimo 512 (Quinhentos e doze) Megabytes.
- iv. Ser baseado em um dos seguintes chipsets: ATI Radeon 1250 ou superior ou Intel Media Graphics Accelerator 3100 superior. Somente serão aceitos chipsets diferentes se forem comprovadamente iguais ou superiores aos definidos neste item.
- v. Suporte ao padrão "True Color" (16 milhões de cores) nas resoluções até 1024x768.
- vi. Sincronismo vertical de pelo menos 75 (setenta e cinco) Hertz na resolução de 1024x768.
- vii. Velocidade de RAMDAC igual ou superior a 300 (trezentos) Megahertz.
- viii. Conector compatível com o cabo de sinal do monitor.
- ix. Suporte aos padrões DDC2B, PCI-e 16x e PCI 2.2, no mínimo.
- x. Suporte ao Microsoft DirectX 10 (Dez) ou superior.
- xi. Serão aceitas controladoras de vídeo integradas à placa mãe ou ao processador desde que apresentem performance igual ou superior à aqui definida.

j) Monitor tipo tela plana de cristal líquido ou LED de 20 (dezenove) polegadas com tecnologia TFT Active Matrix LCD.

- i. Tela tipo anti-reflexo com suporte à resolução de 1440 x 900 ou superior, 16 milhões de cores e pixel pitch máximo de 0.297 mm (horizontal) x 0.297 mm (vertical).
- ii. Ângulo de visão horizontal de no mínimo 120 (cento e vinte) graus.
- iii. Ângulo de visão vertical de no mínimo 120 (cento e vinte) graus.
- iv. Entrada de vídeo analógica e conectorização do tipo D-Sub 16 pinos.
- v. Brilho igual ou superior a 250 cd/m2.
- vi. Tempo de resposta igual ou inferior a 8 (oito) ms.
- vii. Fonte de alimentação automática 110 V / 220 V.
- viii. Ajuste de inclinação de tela

k) Sistema Operacional, Compatibilidade e Documentação.

- i. Todos os componentes descritos acima devem ser compatíveis entre si e com o sistema operacional Ubuntu Linux 12.04 ou superior.
- ii. É obrigatória a apresentação da documentação original do fabricante de todos os componentes ofertados na proposta técnica, em inglês ou português, incluindo manuais de operação, instalação e configuração, que possam ratificar e confirmar as características técnicas exigidas neste Edital.
- iii. É obrigatória a apresentação de todos os drivers e programas necessários ao funcionamento dos componentes do equipamento, acompanhados de mídia original do fabricante e instruções de instalação.
- iv. As máquinas relacionadas deverão ser fornecidas com o sistema operacional Ubuntu Linux 16.04 ou superior. Desktop instalado e com todos os dispositivos configurados.
- v. Os itens que não puderem ser comprovados através do teste em fábrica, análise da documentação do fabricante, ou sites da internet, serão motivos de diligência, ou enviados, pelo SENADO FEDERAL/INTERLEGIS, para laboratório especializado.

I) Teste de funcionalidade dos micros

- i. Procedimentos para teste de desempenho:
 - a. Quando da apresentação das amostras para homologação, serão realizados os testes de desempenho dos equipamentos nas dependências do Interlegis em Brasília (DF);
 - b. Os procedimentos abaixo serão realizados com fiscalização de servidor designado pelo Interlegis, em horário comercial, para validação dos resultados;
 - c. Serão utilizados para os testes o System Information, integrante do pacote Norton Utility da Symantec e SiSoftware SANDRA Lite, versão 2012;
 - d. Após a finalização dos testes de desempenho e homologado o relatório final com o resultado, os softwares de avaliação de desempenho poderão ser removidos do equipamento que estiver sendo avaliado.

Descrição
Impressora Multifuncional

Deverão ter, no mínimo, as funções de **Impressora, Copiadora e Scanner**;

a) Copiadora

- ii. Velocidade nominal de 22 (vinte e duas) cópias por minuto em modo monocromático
- iii. Capacidade de redução ou aumento de imagem entre 25% e 400%
- iv. Alimentador automático de papel

- b) Scanner integrado com as seguintes características:**
- i. Resolução mínima de 600 x 600 dpi
 - ii. Profundidade de 24 Bit's
 - iii. Captura de documentos no formato A4 e Ofício
 - iv. Função de escaneamento (digitalização) em rede e em cores
- c) Impressora integrada**
- i. Jato de Tinta
 - ii. Velocidade nominal de 25 (vinte e cinco) páginas impressas por minuto
 - iii. Resolução de impressão de 600 x 600 dpi
 - iv. Capacidade de impressão em papel tamanhos A4, A5, Carta, Ofício; Envelopes; Etiquetas e transparências
 - v. Bandeja de alimentação de papel com capacidade mínima de 160 folhas
 - vi. Ciclo de trabalho de 5.000 (cinco mil) páginas por mês
 - vii. Painel de controle frontal com botões e LED's para exibição de status operacional.
- d) Interfaces**
- i. Interface de Rede
Ethernet 10/100 Base-T pré-instalada interna em acordo com a recomendação IEEE 802.3u
 - ii. Interface local
Interface padrão USB 2.0, ou superior.
- e) Software, placas e dispositivos.**
Fornecer equipamento com software, placas e dispositivos, instalados, configurados e ativados.
- f) Alimentação Elétrica**
Operação em rede monofásica com comutação automática para redes 110V e 220V, 60Hz
- g) Compatibilidade**
- i. MS Windows XP Professional, Vista, 2003 e 2008 Server, Windows 7
 - ii. Linux Kernel 2.6, Ubuntu
- h) Suporte de serviços**
Existência, com acesso liberado sem custos adicionais, de Site do fabricante na Internet, onde seja possível encontrar ao menos os seguintes itens de suporte: possibilidade de efetuar "download" de atualizações de BIOS e de "firmware" de placas; possibilidade de efetuar "download" de "drivers"; possibilidade de acessar de forma "on-line" ou efetuar "download" de manuais ou guias de referência técnica.
- i) Documentação e Procedimentos Específicos Obrigatórios**
- i. Manuais em português da impressora e acessórios, de todos os dispositivos e softwares que acompanham os conjuntos, incluindo todos os cabos, conectores adaptadores e drivers necessários ao perfeito funcionamento do equipamento na configuração proposta.

- ii. Fornecimento de cabo USB, para conexão a computador.
- iii. Os componentes fornecidos deverão estar totalmente instalados e configurados para pronto uso do equipamento.
- iv. Fornecimento de kit de impressão de fábrica, devidamente instalado.

5.1. Certificações e Conformidades:

- a) Os equipamentos deverão possuir certificação de compatibilidade com a norma IEC 60950 ou similar emitida por instituição acreditada pelo INMETRO, quanto à segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos;
- b) Os equipamentos deverão possuir certificação de compatibilidade com a norma IEC 61000 ou similar emitida por instituição acreditada pelo INMETRO, quanto à medição dos campos magnéticos e elétricos de baixa frequência considerando a exposição de seres humanos;
- c) Os equipamentos deverão possuir certificação de economia de energia EPEAT® ou Certificação EPA ENERGY STAR®;
- d) Os equipamentos deverão possuir certificação, emitida por instituição credenciada pelo INMETRO ou certificação EPEAT®, que ateste que nenhum dos componentes fornecidos contem substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances);
- e) Os equipamentos em pleno funcionamento, inclusive com a unidade leitora de mídia ótica em atividade, deve observar a norma NBR 10152 ou norma internacional equivalente, quanto à emissão de ruído ambiente em escritórios de atividades diversas.

6. PADRONIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS DE ACEITE EM FÁBRICA.

- a) O SENADO FEDERAL/INTERLEGIS designará uma equipe de técnicos, responsável pela padronização, supervisão, aprovação da integração da instalação padrão do Interlegis, a ser replicada em todos os equipamentos durante o processo de fabricação.
- b) O fornecedor deverá montar ambiente especial com bancada para aceite por amostragem para pelo menos 10 (dez) microcomputadores completos, com infraestrutura de energia e rede local.
- c) O sistema operacional, mencionado no item 1, e aplicativos serão configurados pelo Interlegis com a finalidade de geração de uma ou mais imagens a serem instaladas pelo fornecedor, no procedimento de fabricação. Esse procedimento será detalhado em documento a ser elaborado pelas equipes técnicas do

Interlegis e do fornecedor. As licenças de uso de software diferentes do exigido no item 1 serão de responsabilidade do Interlegis.

- d) O fornecedor será responsável pela integração das informações de identificação dos micros, inclusive alimentação de dados em BIOS e áreas de DMI das máquinas, conforme instruções fornecidas pela equipe do Interlegis e corroboradas pela equipe do fabricante.
- e) O fornecedor deverá fornecer cópias em mídia DVD, para cada uma das configurações definidas no Edital, com a finalidade de recuperação da instalação padrão fornecida pelo Interlegis (DVD de Recuperação).
- f) Os prazos para execução dos procedimentos de padronização e aceite estão inclusos no prazo total de 90 (noventa) dias previstos para a entrega do objeto.

7. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- a) Garantia de funcionamento: mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega dos produtos em cada localidade, fornecida diretamente pelos fabricante dos equipamentos;
- b) Durante o prazo de garantia de funcionamento, a contratada prestara serviços de assistência técnica por meio de manutenção corretiva, com fornecimento de peças novas e originais, sem ônus adicional para o SENADO FEDERAL/INTERLEGIS;
- c) Entende-se por manutenção corretiva a série de procedimentos destinados a recolocar os equipamentos em seu perfeito estado de uso, compreendendo, inclusive, substituições de peças, ajustes e reparos necessários, de acordo com os seus manuais e normas técnicas específicas.
- d) Os serviços de manutenção corretiva deverão ser executados no Município da Câmara ou no mínimo na Capital do Estado a que pertence.
- e) O tempo de solução, incluindo obtenção de peças de reposição, não poderá ultrapassar 72 (setenta e duas) horas nos municípios que tenham Assistência Técnica Autorizada (relação apresentada pelo Licitante) e 48 (quarenta e oito) horas se a mesma for na Capital do Estado, após a entrega para o reparo, descontados sábados, domingos e feriados.
- f) Equipamentos ou componentes não reparados no prazo estipulado deverão ser substituídos, com um prazo extra de, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas.
- g) A substituição definitiva será admitida, após previa autorização do SENADO FEDERAL/Interlegis, quanto às condições de uso e compatibilidade do componente ofertado em relação aquele a ser substituído.
- h) Situações de exceção deverão ser avaliadas caso a caso, pela CONTRATADA, Equipe Técnica do INTERLEGIS e pela Comissão Gestora do PRODASEN/GCONT,

definindo os procedimentos mais adequados para o seu encaminhamento, levando em consideração a realidade e conjuntura do SENADO FEDERAL/INTERLEGIS, a natureza da situação e eventuais consequências positivas e negativas que possam surgir.

i) A Contratada deverá possuir telefone “Toll Free” (0800) para suporte técnicos e que deverá estar operacional de segunda a sexta-feira das 8:00 às 18:00 horas, horário de Brasília.

Importante: O número do telefone “Toll Free” (0800) deverá obrigatoriamente ser informado na proposta.

8. FORMA DE PAGAMENTO.

O pagamento dos equipamentos será feito por intermédio de depósito em conta bancária da(s) CONTRATADA(s), no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento definitivo de todos os equipamentos entregues pela(s) CONTRATADA(s), ressalvada a hipótese prevista no § 3º do art. 5º da Lei nº 8.666/2093, condicionada a apresentação ao SENADO FEDERAL/INTERLEGIS do documento fiscal, em 2 (duas) vias, com a discriminação dos equipamentos, quantidades, preços unitários e o valor total, acompanhada do original da Nota de Empenho e original do termo de recebimento do equipamento pela CASA, ficando condicionado o pagamento à prévia atestação do Gestor do Contrato.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS.

a) **A CONTRATADA** terá um prazo de no máximo 90 (noventa) dias corridos, a partir da assinatura do instrumento, para fazer a entrega dos equipamentos em todas as Câmaras relacionadas no Anexo ____ do contrato, assim discriminado:

a.1 – A CONTRATADA deverá disponibilizar todos os equipamentos em fábrica, para os testes parciais, em no máximo 35 (trinta e cinco) dias corridos a contar da assinatura do contrato;

a.2 - Os testes parciais em fábrica, que terão duração máxima de 10 dias corridos;

a.3 - A CONTRATADA terá um prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar da conclusão dos teste parciais previsto na letra a.2 deste item 9, para fazer a entrega dos equipamentos em todas as Câmaras.

a.4 - A relação das Câmaras a serem contempladas poderá sofrer pequenas alterações, sempre dentro da mesma região do respectivo Item, caso seja necessário substituir alguma que não tenha cumprido as exigências do Projeto para entrega dos equipamentos;

a.4.1 – Na hipótese de ocorrer a situação da alínea a.4, o SENADO FEDERAL/INTERLEGIS comunicara formalmente à CONTRATADA sobre a referida substituição.

- b) Serão de responsabilidade da Contratada todas as rotinas de encaixotamento e montagem de equipamentos para os testes e entrega.
- c) Os equipamentos deverão ser despachados pelo fornecedor em embalagens apropriadas, e lacradas. Caso alguma embalagem chegue violada ou em discordância com a nota fiscal, o responsável na casa legislativa não poderá aceitá-la e deverá notificar a transportadora, procedendo naquele momento à devolução do equipamento;
- d) Os equipamentos serão instalados por funcionários das Câmaras Municipais mediante documentação completa fornecida para tal finalidade pela Contratada, em português, a qual detalhará a interconexão entre todos os EQUIPAMENTOS E PERIFÉRICOS FORNECIDOS, incluindo os testes que deverão ser realizados para comprovação do correto e adequado funcionamento de todos eles.
- e) A Contratada disponibilizará um atendimento telefônico totalmente gratuito, que possa ser acessado não só através de terminais fixos de telefonia pública como também de terminais móveis (telefone celular), do tipo 0800, com pessoal habilitado a orientar os funcionários das Câmaras Municipais a realizar a instalação de todos os equipamentos e periféricos fornecidos assim como da interconexão dos mesmos.
- f) As Câmaras Municipais deverão assinar e fazer constar nas Notas Fiscais/Faturas dos equipamentos, periféricos e materiais fornecidos, indispensável para a instrução do processo de pagamento ao fornecedor, a data, CPF e RG do responsável pelo recebimento dos equipamentos e emitir o Termo de Aceite, conforme modelo anexo ao Edital de Licitação.
- g) Os equipamentos que apresentarem defeitos durante os testes parciais, em fábrica, deverão ser substituídos no prazo máximo de 8 horas úteis.
- h) Compatibilidade: A solução completa, incluindo impressora, deverá ser testada previamente pelo Licitante, para verificação da compatibilidade dos produtos, hardware e softwares. Os testes deverão considerar, principalmente, os sistemas operacionais propostos.
- i) Solução Global: O Licitante deverá apresentar proposta de solução global, integrando equipamentos, softwares e serviços, ou seja, a apenas um fornecedor ou consórcio será adjudicado o fornecimento de todos os itens deste Termo de Referência.
- j) Caso o Licitante tenha que utilizar-se de produtos e/ou serviços de terceiros, para completar a solução a ser proposta, fica entendido que o Licitante adjudicado será o único contratado e o único responsável junto ao Projeto Interlegis, pelo fornecimento, qualidade, funcionalidades, enfim pelo atendimento de todas as obrigações do contrato a ser firmado.

10. VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura e sua duração será de 12 (doze) meses consecutivos a contar do recebimento definitivo do objeto previsto no parágrafo nono da cláusula quinta.

11. ADJUDICAÇÃO

Menor Preço por Item

12. FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pelo Diretor Geral promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento do contrato.

EQUIPE RESPONSÁVEL

**Fabio Kaiser Rauber - matrícula nº 22661-3
(Analista do SSTIN/SEIT)**

**Francisco Julio de Paiva Rebelo - matrícula nº 10643-7
(Analista do SSTIN/SEIT)**

**José Vilson da Silva - matrícula nº 5064-0
(Chefe do SSTIN/SEIT)**

**Ricardo de Oliveira Ramos - Matrícula:
DIRETOR Da SSTIN**

**Haroldo Feitosa Tajra- Matrícula:
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DO INTERLEGIS - SINTER**

Brasília, 05 de novembro de 2012

SENADO FEDERAL

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID

Programa Multifase de Apoio ao Desenvolvimento do Legislativo Eletrônico no Brasil (INTERLEGIS II)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 239/2012
PROCESSO N.º 006505/12-0**

ANEXO III

DETALHAMENTO DO ITEM

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Item 1 – Região Norte	kits de informática compostos de 01 microcomputador e 01 impressora multifuncional, com garantia de funcionamento pelo período de 12 (doze) meses	96
Item 2 – Região Nordeste	kits de informática compostos de 01 microcomputador e 01 impressora multifuncional, com garantia de funcionamento pelo período de 12 (doze) meses	334
Item 3 – Região Centro Oeste	kits de informática compostos de 01 microcomputador e 01 impressora multifuncional, com garantia de funcionamento pelo período de 12 (doze) meses	79
Item 4 – Região Sudeste	kits de informática compostos de 01 microcomputador e 01 impressora multifuncional, com garantia de funcionamento pelo período de 12 (doze) meses	335
Item 5 – Região Sul	kits de informática compostos de 01 microcomputador e 01 impressora multifuncional, com garantia de funcionamento pelo período de 12 (doze) meses	156

RELAÇÃO DE MUNICÍPIOS DETALHADA PARA CADA ITEM

ITEM I - Região Norte	
UF	MUNICÍPIO
AC	Jordão
AC	Porto Walter
AC	Rodrigues Alves
TOTAL DA UF	03

ITEM I - Região Norte	
UF	MUNICÍPIO
AM	Autazes
AM	Barcelos
AM	Barreirinha
AM	Borba
AM	Iranduba
AM	Nhamundá
AM	São Paulo de Olivença
AM	Tabatinga
AM	Benjamin Constant
AM	Beruri
AM	Careiro da Varzea
AM	Codajás
AM	Guajará
AM	Japurá
AM	Nova Olinda do Norte
AM	Santa Isabel do Rio Negro
AM	Santo Antônio do Içá
TOTAL DA UF	17
AP	Mazagão
AP	Serra do Navio
AP	Tartarugalzinho
TOTAL DA UF	03
PA	Acará
PA	Afuá
PA	Alenquer
PA	Anapu
PA	Aurora do Pará
PA	Aveiro
PA	Baião
PA	Belterra
PA	Benevides
PA	Bonito
PA	Brejo Grande do Araguaia
PA	Bujaru
PA	Capanema
PA	Chaves
PA	Colares
PA	Curralinho
PA	Curuçá
PA	Dom Eliseu
PA	Faro
PA	Garrafão do Norte
PA	Goianésia do Pará
PA	Igarapé-Açu
PA	Inhangapi
PA	Irituia
PA	Limoeiro do Ajuru

ITEM I - Região Norte	
UF	MUNICÍPIO
PA	Maracanã
PA	Monte Alegre
PA	Nova Timboteua
PA	Ourém
PA	Palestina do Pará
PA	Quatipuru
PA	Santa Cruz do Arari
PA	Santa Maria do Pará
PA	Santo Antônio do Tauá
PA	São Caetano de Odivelas
PA	Terra Alta
PA	Vitória do Xingu
PA	Xinguara
TOTAL DA UF	38
RO	Alta Floresta D'oeste
RO	Campo Novo de Rondônia
RO	Governador Jorge Teixeira
RO	Machadinho D'oeste
RO	Monte Negro
RO	Nova Brasilândia D'oeste
RO	Nova Mamoré
RO	Nova União
RO	Pimenta Bueno
RO	Primavera de Rondônia
RO	Rio Crespo
RO	Rolim de Moura
RO	São Felipe D'oeste
RO	Theobroma
RO	Urupá
RO	Vale do Paraíso
TOTAL DA UF	16
RR	Amajari
RR	Bonfim
TOTAL DA UF	02
TO	Barrolândia
TO	Bernardo Sayão
TO	Carrasco Bonito
TO	Chapada de Areia
TO	Crixás do Tocantins
TO	Itaguatins
TO	Itaporã do Tocantins
TO	Lagoa do Tocantins
TO	Mateiros
TO	Palmeirante
TO	Pau d'Arco
TO	Praia Norte
TO	Santa Rita do Tocantins

ITEM I - Região Norte	
UF	MUNICÍPIO
TO	São Miguel do Tocantins
TO	Silvanópolis
TO	Sítio Novo do Tocantins
TO	Taipas do Tocantins
TOTAL DA UF	17

ITEM II - Região Nordeste	
UF	MUNICÍPIO
BA	Acajutiba
BA	Água Fria
BA	Aiquara
BA	Anagé
BA	Antônio Cardoso
BA	Antônio Gonçalves
BA	Aramari
BA	Barra do Mendes
BA	Barra do Rocha
BA	Barro Alto
BA	Barrocas
BA	Boa Vista do Tupim
BA	Boninal
BA	Brejões
BA	Buritirama
BA	Cachoeira
BA	Caculé
BA	Caetanos
BA	Cafarnaum
BA	Cairu
BA	Camamu
BA	Canarana
BA	Candeal
BA	Canudos
BA	Capim Grosso
BA	Cardeal da Silva
BA	Castro Alves
BA	Central
BA	Coaraci
BA	Conceição da Feira
BA	Conceição do Almeida
BA	Conceição do Jacuípe
BA	Condeúba
BA	Coribe
BA	Dom Macedo Costa
BA	Filadélfia
BA	Formosa do Rio Preto
BA	Glória

ITEM II - Região Nordeste	
UF	MUNICÍPIO
BA	Ibiassucê
BA	Ibicoara
BA	Ibiquera
BA	Ibititá
BA	Inhambupe
BA	Ipirá
BA	Itacaré
BA	Itaju do Colônia
BA	Itajuípe
BA	Itanhém
BA	Itiúba
BA	Jaguarari
BA	Jitaúna
BA	Lagedo do Tabocal
BA	Lajedinho
BA	Lauro de Freitas
BA	Lençóis
BA	Licínio de Almeida
BA	Macajuba
BA	Macarani
BA	Maragogipe
BA	Maraú
BA	Mascote
BA	Miguel Calmon
BA	Morro do Chapéu
BA	Mucuri
BA	Mulungu do Morro
BA	Mundo Novo
BA	Muritiba
BA	Mutuípe
BA	Nordestina
BA	Nova Canaã
BA	Nova Fátima
BA	Nova Redenção
BA	Olindina
BA	Ourolândia
BA	Palmeiras
BA	Paratinga
BA	Paripiranga
BA	Pau Brasil
BA	Piatã
BA	Pilão Arcado
BA	Pintadas
BA	Piritiba
BA	Poções
BA	Presidente Dutra
BA	Queimadas

ITEM II - Região Nordeste	
UF	MUNICÍPIO
BA	Quixabeira
BA	Remanso
BA	Ribeira do Amparo
BA	Ribeirão do Largo
BA	Rio de Contas
BA	Ruy Barbosa
BA	Santo Estêvão
BA	São Desidério
BA	São Domingos
BA	São Felipe
BA	São Félix
BA	São Francisco do Conde
BA	Saubara
BA	Saúde
BA	Serra Dourada
BA	Serra Preta
BA	Sítio do Mato
BA	Tremedal
BA	Tucano
BA	Uibaí
BA	Urandi
BA	Uruçuca
BA	Várzea da Roça
TOTAL DA UF	108
CE	Acarapé
CE	Aiuaba
CE	Alcântaras
CE	Amontada
CE	Baixio
CE	Banabuiú
CE	Capistrano
CE	Cariré
CE	Catunda
CE	Croatá
CE	Cruz
CE	Eusébio
CE	General Sampaio
CE	Granjeiro
CE	Horizonte
CE	Ibaretama
CE	Ibicuitinga
CE	Icapuí
CE	Independência
CE	Ipaumirim
CE	Irauçuba
CE	Itaitinga
CE	Jardim

ITEM II - Região Nordeste	
UF	MUNICÍPIO
CE	Maranguape
CE	Marco
CE	Martinópolis
CE	Milagres
CE	Missão Velha
CE	Monsenhor Tabosa
CE	Pacatuba
CE	Palmácia
CE	Penaforte
CE	Quixelô
CE	Redenção
CE	São Luís do Curu
CE	Solonópolis
CE	Tamboril
CE	Varjota
TOTAL DA UF	38
MA	Alto Alegre do Maranhão
MA	Anapurus
MA	Bacuri
MA	Barreirinhas
MA	Bom Jardim
MA	Cajari
MA	Campestre do Maranhão
MA	Cantanhede
MA	Capinzal do Norte
MA	Centro do Guilherme
MA	Cururupu
MA	Gonçalves Dias
MA	Governador Edison Lobão
MA	Graça Aranha
MA	Itaipava do Grajaú
MA	Junco do Maranhão
MA	Lima Campos
MA	Maracaçumé
MA	Maranhãozinho
MA	Mata Roma
MA	Matinha
MA	Monção
MA	Morros
MA	Nina Rodrigues
MA	Nova Olinda do Maranhão
MA	Paço do Lumiar
MA	Pirapemas
MA	Presidente Vargas
MA	Primeira Cruz
MA	Raposa
MA	Santa Luzia

ITEM II - Região Nordeste	
UF	MUNICÍPIO
MA	Santa Quitéria do Maranhão
MA	São João Batista
MA	São José de Ribamar
MA	São Mateus do Maranhão
MA	Sucupira do Norte
MA	Turialvo
MA	Viana
MA	Zé Doca
TOTAL DA UF	39
PE	Agrestina
PE	Água Preta
PE	Altinho
PE	Angelim
PE	Barra de Guabiraba
PE	Bodocó
PE	Camocim de São Félix
PE	Camutanga
PE	Capoeiras
PE	Catende
PE	Condado
PE	Cortês
PE	Dormentes
PE	Escada
PE	Flores
PE	Glória do Goitá
PE	Gravatá
PE	Iati
PE	Jaboatão dos Guararapes
PE	Jataúba
PE	João Alfredo
PE	Jucati
PE	Jupi
PE	Lagoa do Ouro
PE	Lagoa dos Gatos
PE	Lajedo
PE	Machados
PE	Manari
PE	Mirandiba
PE	Olinda
PE	Orocó
PE	Ouricuri
PE	Palmeirina
PE	Parnamirim
PE	Passira
PE	Pedra
PE	Petrolândia
PE	Poção

ITEM II - Região Nordeste	
UF	MUNICÍPIO
PE	Primavera
PE	Rio Formoso
PE	Santa Terezinha
PE	São João
PE	São Joaquim do Monte
PE	São Lourenço da Mata
PE	Serrita
PE	Tabira
PE	Terra Nova
TOTAL DA UF	47
PI	Acauã
PI	Agricolândia
PI	Amarante
PI	Aroazes
PI	Arraial
PI	Barra d'Alcântara
PI	Bertolínia
PI	Betânia do Piauí
PI	Bocaina
PI	Bom Princípio do Piauí
PI	Boqueirão do Piauí
PI	Brejo do Piauí
PI	Buriti dos Montes
PI	Cajazeiras do Piauí
PI	Caldeirão Grande do Piauí
PI	Campo Alegre do Fidalgo
PI	Canavieira
PI	Cocal
PI	Conceição do Canindé
PI	Coronel José Dias
PI	Cristalândia do Piauí
PI	Cristino Castro
PI	Curralinhos
PI	Fartura do Piauí
PI	Flores do Piauí
PI	Guaribas
PI	Ilha Grande
PI	Itainópolis
PI	Jacobina do Piauí
PI	Joca Marques
PI	Lagoa do Sítio
PI	Lagoinha do Piauí
PI	Miguel Leão
PI	Milton Brandão
PI	Monte Alegre do Piauí
PI	Morro Cabeça No Tempo
PI	Piracuruca

ITEM II - Região Nordeste	
UF	MUNICÍPIO
PI	Porto
PI	Riacho Frio
PI	Ribeiro Gonçalves
PI	Santa Cruz dos Milagres
PI	Santa Rosa do Piauí
PI	Santo Antônio de Lisboa
PI	São Félix do Piauí
PI	São Francisco do Piauí
PI	São Gonçalo do Piauí
PI	São João do Arraial
PI	São Julião
PI	Tanque do Piauí
PI	Vera Mendes
PI	Vila Nova do Piauí
TOTAL DA UF	51
RN	Afonso Bezerra
RN	Antônio Martins
RN	Areia Branca
RN	Baraúna
RN	Barcelona
RN	Bento Fernandes
RN	Bodó
RN	Bom Jesus
RN	Brejinho
RN	Cerro Corá
RN	Espírito Santo
RN	Francisco Dantas
RN	Frutuoso Gomes
RN	Ipanguaçu
RN	Jandaíra
RN	Jucurutu
RN	Maxaranguape
RN	Monte das Gameleiras
RN	Parazinho
RN	Pedra Grande
RN	Pedra Preta
RN	Pedro Avelino
RN	Pedro Velho
RN	Ruy Barbosa
RN	Santa Maria
RN	São Gonçalo do Amarante
RN	São Tomé
RN	Senador Georgino Avelino
RN	Serra Caiada
RN	Sítio Novo
RN	Taboleiro Grande
RN	Tibau do Sul

ITEM II - Região Nordeste	
UF	MUNICÍPIO
RN	Várzea
RN	Venha-ver
RN	Viçosa
TOTAL DA UF	35
SE	Amparo de São Francisco
SE	Araúá
SE	Areia Branca
SE	Brejo Grande
SE	Canhoba
SE	Carmópolis
SE	Cedro de São João
SE	Cristinápolis
SE	Cumbe
SE	Divina Pastora
SE	Feira Nova
SE	Itaporanga d´Ajuda
SE	Nossa Senhora Aparecida
SE	Pedrinhas
SE	Ribeirópolis
SE	Simão Dias
TOTAL DA UF	16

ITEM III - Região Centro-Oeste	
UF	MUNICÍPIO
GO	Abadia de Goiás
GO	Abadiânia
GO	Água Limpa
GO	Alexânia
GO	Aragoiânia
GO	Araguapaz
GO	Arenópolis
GO	Cachoeira Alta
GO	Cachoeira de Goiás
GO	Campinaçu
GO	Campinorte
GO	Chapadão do Céu
GO	Damianópolis
GO	Damolândia
GO	Diorama
GO	Estrela do Norte
GO	Fazenda Nova
GO	Formoso
GO	Goianápolis
GO	Guapó
GO	Guarani de Goiás
GO	Guarinos
GO	Hidrolândia
GO	Israelândia
GO	Jussara
GO	Mambaí
GO	Mara Rosa
GO	Marzagão
GO	Matrinchã
GO	Maurilândia
GO	Mossâmedes
GO	Nova Crixás
GO	Novo Brasil
GO	Palestina de Goiás
GO	Palmelo
GO	Palminópolis
GO	Pilar de Goiás
GO	Pontalina
GO	Professor Jamil
GO	Rianápolis
GO	Santa Bárbara de Goiás
GO	Santa Isabel
GO	Santa Tereza de Goiás
GO	Santo Antônio da Barra
GO	Santo Antônio de Goiás
GO	Sítio d'Abadia

ITEM III - Região Centro-Oeste	
UF	MUNICÍPIO
GO	Turvânia
GO	Turvelândia
GO	Vila Boa
TOTAL DA UF	49
MS	Alcinópolis
MS	Anastácio
MS	Chapadão do Sul
MS	Deodápolis
MS	Douradina
MS	Figueirão
MS	Itaporã
MS	Itaquiraí
MS	Ivinhema
MS	Laguna Carapã
MS	Miranda
MS	Nioaque
MS	Porto Murtinho
MS	Rio Verde de Mato Grosso
MS	Rochedo
MS	Sete Quedas
MS	Sonora
MS	Tacuru
TOTAL DA UF	18
MT	Carlinda
MT	Denise
MT	Jangada
MT	Juscimeira
MT	Nova Bandeirantes
MT	Nova Brasilândia
MT	Nova Lacerda
MT	Nova Marilândia
MT	Nova Monte Verde
MT	Rosário Oeste
MT	Tesouro
MT	Várzea Grande
TOTAL DA UF	12

ITEM IV - Região Sudeste	
UF	MUNICÍPIO
ES	Águia Branca
ES	Atilio Vivacqua
ES	Castelo
ES	Divino de São Lourenço
ES	Dores do Rio Preto
ES	Ibiraçu
ES	Ibitirama
ES	Viana
ES	Vila Pavão
TOTAL DA UF	09
MG	Bom Jesus do Amparo
MG	Campo Azul
MG	Casa Grande
MG	Comercinho
MG	Conceição da Aparecida
MG	Confinis
MG	Felício dos Santos
MG	Guarda-mor
MG	Ibiracatu
MG	Itamogi
MG	Japaraíba
MG	Leopoldina
MG	Luislândia
MG	Matias Cardoso
MG	Mendes Pimentel
MG	Monjolos
MG	Nacip Raydan
MG	Pains
MG	Paiva
MG	Piranguinho
MG	Pitangui
MG	Prados
MG	Santana do Deserto
MG	São Domingos do Prata
MG	São Geraldo
MG	São Gotardo
MG	São Pedro da União
MG	São Tomás de Aquino
MG	Serra Azul de Minas
MG	Simonésia
MG	Taquaraçu de Minas
MG	Conceição da Barra de Minas
MG	Conceição do Mato Dentro
MG	Estrela do Sul
MG	Goiabeira
MG	Guarará

ITEM IV - Região Sudeste	
UF	MUNICÍPIO
MG	Ibiaí
MG	Itacambira
MG	Jaboticatubas
MG	Lambari
MG	Liberdade
MG	Passabém
MG	Piau
MG	Pompéu
MG	Presidente Bernardes
MG	Rio Paranaíba
MG	Romaria
MG	São Geraldo da Piedade
MG	São José da Safira
MG	Senador Modestino Gonçalves
MG	Sobralia
MG	Varjão de Minas
MG	Aiuruoca
MG	Almenara
MG	Alvarenga
MG	Andradas
MG	Arcos
MG	Bambuí
MG	Berizal
MG	Bertópolis
MG	Boa Esperança
MG	Bom Sucesso
MG	Botelhos
MG	Brasília de Minas
MG	Buenópolis
MG	Buritizeiro
MG	Campos Altos
MG	Cantagalo
MG	Caraí
MG	Carbonita
MG	Carmópolis de Minas
MG	Catas Altas
MG	Catuji
MG	Catuti
MG	Cedro do Abaeté
MG	Chiador
MG	Claro dos Pocoes
MG	Cônego Marinho
MG	Coroaci
MG	Coronel Murta
MG	Coronel Xavier Chaves
MG	Couto de Magalhães de Minas
MG	Cristália

ITEM IV - Região Sudeste	
UF	MUNICÍPIO
MG	Desterro de Entre Rios
MG	Desterro do Melo
MG	Divino das Laranjeiras
MG	Dom Silvério
MG	Dores de Guanhões
MG	Dores do Turvo
MG	Engenheiro Navarro
MG	Estrela do Indaiá
MG	Felixlândia
MG	Fortaleza de Minas
MG	Fortuna de Minas
MG	Frei Gaspar
MG	Gonçalves
MG	Ibertioga
MG	Ibiraci
MG	Ibituruna
MG	Icaraí de Minas
MG	Igaratinga
MG	Indaiabira
MG	Itamarati de Minas
MG	Itapecerica
MG	Itapeva
MG	Itaú de Minas
MG	Jacuí
MG	Jeceaba
MG	Jequitibá
MG	Joaquim Felício
MG	Juvenília
MG	Ladainha
MG	Lagoa dos Patos
MG	Lamim
MG	Lassance
MG	Leandro Ferreira
MG	Machacalis
MG	Mamonas
MG	Mata Verde
MG	Matias Barbosa
MG	Medeiros
MG	Miravânia
MG	Moema
MG	Nazareno
MG	Nova Era
MG	Nova Porteirinha
MG	Nova União
MG	Ouro Fino
MG	Ouro Verde de Minas
MG	Padre Carvalho

ITEM IV - Região Sudeste	
UF	MUNICÍPIO
MG	Palma
MG	Passa Quatro
MG	Pavão
MG	Pedra Dourada
MG	Pimenta
MG	Pintópolis
MG	Piracema
MG	Pirajuba
MG	Ponto Chique
MG	Prudente de Moraes
MG	Raul Soares
MG	Ribeirão Vermelho
MG	Ritópolis
MG	Rubim
MG	Sabará
MG	Santa Bárbara do Leste
MG	Santa Cruz de Minas
MG	Santa Fé de Minas
MG	Santa Rita de Jacutinga
MG	Santa Rosa da Serra
MG	São Bento Abade
MG	São João da Lagoa
MG	São João da Mata
MG	São João Evangelista
MG	São José da Varginha
MG	São Romão
MG	São Roque de Minas
MG	São Sebastião do Oeste
MG	São Sebastião do Rio Preto
MG	São Tiago
MG	Sarzedo
MG	Senhora de Oliveira
MG	Senhora dos Remédios
MG	Serra dos Aimorés
MG	Serrania
MG	Serranópolis de Minas
MG	Simão Pereira
MG	Soledade de Minas
MG	Tarumirim
MG	Umburatiba
MG	Vargem Bonita
MG	Vargem Grande do Rio Pardo
MG	Varzelândia
TOTAL DA UF	173
RJ	Belford Roxo
RJ	Carmo
RJ	Itaboraí

ITEM IV - Região Sudeste	
UF	MUNICÍPIO
RJ	Itatiaia
RJ	Magé
RJ	Mesquita
RJ	Nova Iguaçu
RJ	Resende
RJ	São Fidélis
RJ	São Gonçalo
RJ	São João da Barra
RJ	Seropédica
RJ	Silva Jardim
RJ	Tanguá
RJ	Varre-Sai
TOTAL DA UF	15
SP	Águas da Prata
SP	Águas de Lindóia
SP	Altair
SP	Álvares Machado
SP	Americana
SP	Américo de Campos
SP	Andradina
SP	Aparecida
SP	Apiaí
SP	Arapeí
SP	Arco-Íris
SP	Artur Nogueira
SP	Atibaia
SP	Avanhandava
SP	Bady Bassitt
SP	Barão de Antonina
SP	Bento de Abreu
SP	Birigui
SP	Biritiba-Mirim
SP	Bom Sucesso de Itararé
SP	Braúna
SP	Buritizal
SP	Cabrália Paulista
SP	Cabreúva
SP	Caiabu
SP	Cajobi
SP	Campos Novos Paulista
SP	Capão Bonito
SP	Castilho
SP	Cesário Lange
SP	Colina
SP	Cotia
SP	Cruzália
SP	Cruzeiro

ITEM IV - Região Sudeste	
UF	MUNICÍPIO
SP	Descalvado
SP	Divinolândia
SP	Echaporã
SP	Emilianópolis
SP	Estrela do Norte
SP	Fernão
SP	Floreal
SP	Florínea
SP	Gabriel Monteiro
SP	General Salgado
SP	Glicério
SP	Guapiara
SP	Guararema
SP	Guataparã
SP	Ipaussu
SP	Ipiguá
SP	Itapevi
SP	Itaquaquetuba
SP	Itararé
SP	Itatiba
SP	Itirapuã
SP	Jacareí
SP	Jacupiranga
SP	Jarinu
SP	Joanópolis
SP	João Ramalho
SP	Jumirim
SP	Lavínia
SP	Lavrinhas
SP	Louveira
SP	Lucélia
SP	Lucianópolis
SP	Lupércio
SP	Macedônia
SP	Magda
SP	Miguelópolis
SP	Mirante do Paranapanema
SP	Mirassol
SP	Mongaguá
SP	Monte Alto
SP	Monte Castelo
SP	Motuca
SP	Murutinga do Sul
SP	Narandiba
SP	Natividade da Serra
SP	Nazaré Paulista
SP	Nova Campina

ITEM IV - Região Sudeste	
UF	MUNICÍPIO
SP	Nuporanga
SP	Olímpia
SP	Onda Verde
SP	Orindiúva
SP	Palestina
SP	Paranapuã
SP	Patrocínio Paulista
SP	Paulínia
SP	Pedreira
SP	Piacatu
SP	Piedade
SP	Pindamonhangaba
SP	Pirapora do Bom Jesus
SP	Poá
SP	Pontalinda
SP	Populina
SP	Porangaba
SP	Pracinha
SP	Praia Grande
SP	Presidente Alves
SP	Presidente Bernardes
SP	Presidente Epitácio
SP	Queiroz
SP	Quintana
SP	Redenção da Serra
SP	Regente Feijó
SP	Ribeira
SP	Ribeirão Bonito
SP	Ribeirão dos Índios
SP	Roseira
SP	Sabino
SP	Sagres
SP	Sales Oliveira
SP	Salto
SP	Sandovalina
SP	Santa Lúcia
SP	Santana da Ponte Pensa
SP	São João das Duas Pontes
SP	São Lourenço da Serra
SP	São Miguel Arcanjo
SP	São Pedro
SP	São Pedro do Turvo
SP	São Simão
SP	Sarutaia
SP	Serra Azul
SP	Serrana
SP	Sertãozinho

ITEM IV - Região Sudeste	
UF	MUNICÍPIO
SP	Tanabi
SP	Tarabai
SP	Taubaté
SP	Tuiuti
SP	Ubatuba
SP	Ubirajara
SP	Urânia
SP	Várzea Paulista
SP	Vinhedo
SP	Zacarias
TOTAL DA UF	138

ITEM V - Região Sul	
UF	MUNICÍPIO
PR	Almirante Tamandaré
PR	Altônia
PR	Alvorada do Sul
PR	Amaporã
PR	Antonina
PR	Assis Chateaubriand
PR	Balsa Nova
PR	Bela Vista do Paraíso
PR	Boa Vista da Aparecida
PR	Bocaiúva do Sul
PR	Bom Sucesso
PR	Braganey
PR	Califórnia
PR	Cambé
PR	Campina Grande do Sul
PR	Campo do Tenente
PR	Carambeí
PR	Centenário do Sul
PR	Céu Azul
PR	Congonhinhas
PR	Cruzmalina
PR	Curiúva
PR	Douradina
PR	Doutor Ulysses
PR	Entre Rios do Oeste
PR	Espigão Alto do Iguaçu
PR	Fazenda Rio Grande
PR	Florestópolis
PR	Flórida
PR	Formosa do Oeste
PR	General Carneiro
PR	Godoy Moreira

ITEM V - Região Sul	
UF	MUNICÍPIO
PR	Guairaçá
PR	Guapirama
PR	Icaraíma
PR	Iguaraçu
PR	Imbaú
PR	Imbituva
PR	Inácio Martins
PR	Jesuítas
PR	Joaquim Távora
PR	Lupionópolis
PR	Maripá
PR	Mauá da Serra
PR	Mercedes
PR	Miraselva
PR	Morretes
PR	Nova Aurora
PR	Nova Santa Rosa
PR	Novo Itacolomi
PR	Pato Bragado
PR	Paula Freitas
PR	Perobal
PR	Pinhalão
PR	Prado Ferreira
PR	Primeiro de Maio
PR	Quatro Pontes
PR	Ramilândia
PR	Rancho Alegre
PR	São João do Ivaí
PR	São Jorge do Patrocínio
PR	São José da Boa Vista
PR	São Manoel do Paraná
PR	Serranópolis do Iguaçu
PR	Sertaneja
PR	Tapejara
PR	Tibagi
PR	Tuneiras do Oeste
PR	Tupãssi
PR	Uniflor
PR	Ventania
PR	Verê
PR	Xambrê
TOTAL DA UF	73
RS	Alpestre
RS	Amaral Ferrador
RS	Ametista do Sul
RS	Áurea
RS	Barra do Guarita

ITEM V - Região Sul	
UF	MUNICÍPIO
RS	Barros Cassal
RS	Bento Gonçalves
RS	Cambará do Sul
RS	Campestre da Serra
RS	Campinas do Sul
RS	Canela
RS	Capitão
RS	Carlos Barbosa
RS	Cerro Branco
RS	Colorado
RS	Engenho Velho
RS	Estação
RS	Estrela Velha
RS	Garruchos
RS	Gramado Xavier
RS	Gravataí
RS	Herval
RS	Jacuizinho
RS	Mato Queimado
RS	Mostardas
RS	Nicolau Vergueiro
RS	Nova Roma do Sul
RS	Passa Sete
RS	Paverama
RS	Progresso
RS	Protásio Alves
RS	Rodeio Bonito
RS	Rolante
RS	Santa Cecília do Sul
RS	São Domingos do Sul
RS	São João do Polêsine
RS	São José das Missões
RS	São José do Inhacorá
RS	Segredo
RS	Sério
RS	Taquari
RS	Teutônia
RS	Tiradentes do Sul
RS	Travesseiro
RS	Vale Real
RS	Vanini
RS	Vespasiano Correa
RS	Vila Lângaro
TOTAL DA UF	48
SC	Alto Bela Vista
SC	Anitápolis
SC	Armazém

ITEM V - Região Sul	
UF	MUNICÍPIO
SC	Arvoredo
SC	Barra Bonita
SC	Campo Alegre
SC	Campo Belo do Sul
SC	Caxambu do Sul
SC	Cordilheira Alta
SC	Ermo
SC	Formosa do Sul
SC	Gravatal
SC	Guabiruba
SC	Guaramirim
SC	Içara
SC	Imbituba
SC	Lajeado Grande
SC	Lebon Régis
SC	Luzerna
SC	Mondaí
SC	Monte Carlo
SC	Monte Castelo
SC	Navegantes
SC	Nova Erechim
SC	Nova Itaberaba
SC	Palhoça
SC	Riqueza
SC	Rodeio
SC	Romelândia
SC	Saltinho
SC	Santa Cecília
SC	Santa Terezinha do Progresso
SC	São Bernardino
SC	São João do Itaperiú
SC	Vargem Bonita
TOTAL DA UF	35
TOTAL GERAL	1.000

SENADO FEDERAL

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID

Programa Multifase de Apoio ao Desenvolvimento do Legislativo Eletrônico no Brasil (INTERLEGIS II)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 239/2012
PROCESSO N.º 006.505/12-0**

ANEXO IV

**PROPOSTA DE PREÇOS
(Modelo)**

Ao Senado Federal

Prezados Senhores,

Apresentamos a V.S^a, nossa proposta de preços de fornecimento de bens -----
-----, pelo menor preço item/região de R\$ _____
(_____), nos termos do Edital e seus Anexos.

ITEM 1 – Região Norte

Item	Unid.	Quant.	Especificação	Valor Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
	un		Kit de informática (composto de 1 (um) microcomputador e 1 (uma) impressora multi funcional)		
Valor total do Item (valor de julgamento)				R\$	

ITEM 2I – Região Nordeste

Item	Unid.	Quant.	Especificação	Valor Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
	un		Kit de informática (composto de 1 (um) microcomputador e 1 (uma) impressora multi funcional)		
Valor total do Item (valor de julgamento)				R\$	

ITEM 3 – Região Centro-Oeste

Item	Unid.	Quant.	Especificação	Valor Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
	un		Kit de informática (composto de 1 (um) microcomputador e 1 (uma) impressora multi funcional)		
Valor total do Item (valor de julgamento)				R\$	

ITEM 4 – Região Sudeste

Item	Unid.	Quant.	Especificação	Valor Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
	un		Kit de informática (composto de 1 (um) microcomputador e 1 (uma) impressora multi funcional)		
Valor total do Item (valor de julgamento)				R\$	

ITEM 5 – Região Sul

Item	Unid.	Quant.	Especificação	Valor Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
	un		Kit de informática (composto de 1 (um) microcomputador e 1 (uma) impressora multi funcional)		
Valor total do Item (valor de julgamento)				R\$	

O prazo de validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da licitação.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: _____

CNPJ/MF: _____

Endereço: _____

Tel./Fax: _____
CEP: _____
Cidade: _____ UF: _____
Banco: _____ Agência: _____ c/c: _____

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome: _____
Endereço: _____
CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____
CPF/MF: _____ Cargo/Função: _____
RG nº: _____ Expedido por: _____
Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

OBSERVAÇÕES:

- 1. DEVERÁ ser apresentado juntamente com a proposta os “FOLDERS”, ENCARTES, ou CATÁLOGOS dos equipamentos ofertados, onde constem as especificações técnicas dos mesmos.**
- 2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET - CATMAT e as especificações constantes do Anexo II - Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.**

SENADO FEDERAL

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID

**Programa Multifase de Apoio ao Desenvolvimento do Legislativo Eletrônico no
Brasil (INTERLEGIS II)**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 239/2012
PROCESSO N.º 006.505/12-0**

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO
(Modelo)

[Nome da empresa], CNPJ n.º _____ sediada **[Endereço completo]**,
declara sob as penas da lei, que até a presente data, inexistente fato superveniente
impeditivo para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da
obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data

Nome e Identidade do Declarante

SENADO FEDERAL

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID

**Programa Multifase de Apoio ao Desenvolvimento do Legislativo Eletrônico no
Brasil (INTERLEGIS II)**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 239/2012
PROCESSO N.º 006.505/12-0**

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENOR
(Modelo)

[Nome da Empresa] inscrita no CNPJ sob nº. _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a) **[Nome do Representante Legal]**, portador (a) da Carteira de Identidade nº **[Número da Carteira de Identidade]** e do CPF N.º. **[Número do CPF]**, **DECLARA** para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº. 8.666, de 22 de junho de 2003, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 2009, em conformidade com o previsto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Local e Data

[Nome do Representante Legal da Empresa]
Cargo / Telefone

SENADO FEDERAL

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID

**Programa Multifase de Apoio ao Desenvolvimento do Legislativo Eletrônico no
Brasil (INTERLEGIS II)**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 239/2012
PROCESSO N.º 006.505/12-0**

ANEXO VII

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA
(Modelo)**

Atestamos para os devidos fins que a empresa **[Razão Social da Empresa Licitante]**, inscrita no CNPJ sob o N.º. **[da Empresa Licitante]**, estabelecida na **[endereço da Empresa Licitante]**, forneceu para esta empresa/Entidade **[Razão Social da Empresa Emitente do atestado]**, inscrita no CNPJ sob o N.º. **[CNPJ da Empresa Emitente do atestado]**, situada no **[endereço da Empresa Emitente do atestado]**, materiais cotado(s), abaixo especificado(s), no período de (___/___/___ a ___/___/___):

OBJETO ENTREGUE: (descrever o fornecimento dos bens)

VALOR GLOBAL (R\$):..... (se possível).

Atestamos ainda, que tal(is) fornecimento(s) está (ão) sendo / foi (ram) executado(s) satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Local e Data

[Nome do Representante da Empresa Emitente]
Cargo / Telefone

OBSERVAÇÃO: EMITIR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA/ ENTIDADE OU IDENTIFICÁ-LA LOGO ABAIXO OU ACIMA DO TEXTO, COM NOME, CNPJ, ENDEREÇO, TELEFONES, FAX E E-MAIL.

SENADO FEDERAL

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID

Programa Multifase de Apoio ao Desenvolvimento do Legislativo Eletrônico no Brasil (INTERLEGIS II)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 239/2012
PROCESSO N.º 006.505/12-0**

ANEXO VIII

**RELAÇÃO DOS PAÍSES MEMBROS DO BID - BANCO INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO**

Elegibilidade para o fornecimento de bens, obras e serviços em aquisições financiadas pelo Banco

Nota: As referências nestes documentos ao “Banco” incluem o BID, o Fumin e qualquer fundo administrado pelo Banco.

Dependendo da fonte do financiamento, o Usuário deve escolher uma das seguintes 3 opções para o item 1. O financiamento pode provir do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin) ou, ocasionalmente, os contratos podem ser financiados por fundos especiais que restringem ainda mais os critérios para a elegibilidade a um certo grupo de países membros. Quando for escolhida a última opção, os critérios de elegibilidade devem ser mencionados:

1) Países Membros quando o financiamento provém do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

a) Países Mutuários:

(i) Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil,-, Colômbia, Costa Rica, Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

b) Países não Mutuários:

(i) Áustria, Bélgica, Canadá, Croácia, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Israel, Itália, Japão, Noruega, Países Baixos, Noruega, Portugal, República da Coreia, República Popular da China, Eslovênia, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos.

2) Países Membros quando o financiamento provém do Fundo Multilateral de Investimentos.

a) Lista de Países:

(i) Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Itália, Jamaica, Japão, México, Países Baixos, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República da Coreia, Espanha, Suriname, Trinidad e Tobago, Estados Unidos, Uruguai e Venezuela.

3) Lista de Países no caso de financiamento por um fundo administrado pelo Banco:

(Incluir a lista de países)

4) Critérios para determinar a nacionalidade e origem dos bens e serviços.

Estas disposições políticas tornam necessário estabelecer critérios para determinar:

a) a nacionalidade das empresas e indivíduos elegíveis para apresentar ofertas ou participar em contratos financiados pelo Banco; e b) o país de origem dos bens e serviços. Para essa determinação, serão utilizados os seguintes critérios:

A) Nacionalidade

- a) **Um indivíduo** tem a nacionalidade de um país membro do Banco se satisfaz um dos seguintes requisitos:
- (i) é cidadão de um país membro; ou
 - (ii) estabeleceu seu domicílio em um país membro como residente de boa fé e está legalmente autorizado para trabalhar nesse país.
- b) **Uma empresa** tem a nacionalidade de um país membro se satisfaz os dois seguintes requisitos:
- (i) está legalmente constituída ou incorporada conforme as leis de um país membro do Banco; e
 - (ii) mais de cinquenta por cento (50%) do capital da empresa é de propriedade de indivíduos ou firmas de países membros do Banco.

Todos os membros de uma PCA e todos os Subcontratados devem cumprir os requisitos acima estabelecidos.

B) Origem dos Bens

Os bens se originam em um país membro do Banco se foram extraídos, cultivados, colhidos ou produzidos em um país membro do Banco. Considera-se um bem produzido quando, mediante manufatura, processamento ou montagem, o resultado é um item comercialmente reconhecido cujas características básicas, sua função ou propósito de uso são substancialmente diferentes de suas partes ou componentes.

No caso de um bem que consiste de vários componentes individuais que devem ser interconectados (pelo fornecedor, Contratante ou um terceiro) para que o bem possa

ser utilizado, e sem importar a complexidade da interconexão, o Banco considera que este bem é elegível para financiamento se a montagem dos componentes for feita em um país membro, independente da origem dos componentes. Quando o bem é uma combinação de vários bens individuais que normalmente são empacotados e vendidos comercialmente como uma só unidade, o bem é considerado proveniente do país onde este foi empacotado e embarcado com destino ao SENADO. Para fins de determinação da origem dos bens identificados como “feito na União Européia”, estes serão elegíveis sem necessidade de identificar o correspondente país específico da União Européia.

A origem dos materiais, partes ou componentes dos bens ou a nacionalidade da empresa produtora, montadora, distribuidora ou vendedora dos bens não determina a origem dos mesmos.

C) Origem dos Serviços

O país de origem dos serviços é o mesmo do indivíduo ou empresa que presta os serviços conforme os critérios de nacionalidade acima estabelecidos. Estes critérios são aplicados aos serviços conexos ao fornecimento de bens (tais como transporte, seguro, instalação, montagem, etc.), aos serviços de construção e aos serviços de consultoria.

SENADO FEDERAL

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID
Programa Multifase de Apoio ao Desenvolvimento do Legislativo Eletrônico no
Brasil (INTERLEGIS II)

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 239/2012
PROCESSO N.º 006.505/12-0

ANEXO IX

GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL
(FIANÇA BANCÁRIA)

Ao Senado Federal

CONSIDERANDO que ____ (**nome da CONTRATADA**) ____, doravante denominada “CONTRATADA” compromete-se, conforme Contrato n.º ____, datado de ____ de ____ de _____, a fornecer os bens nele descritos;

CONSIDERANDO que ficou estabelecido no Edital que a **CONTRATADA** deverá apresentar comprovante da Garantia de Execução Contratual, no valor especificado no Contrato, cumpriremos com a exigência, conforme estabelecido no instrumento convocatório;

DECLARAMOS nossa condição de fiador solidário, sem benefício de ordem, em conformidade com o disposto nos artigos 827, 835 e 838 do Código Civil Brasileiro, perante ____ (**qualificar a CONTRATANTE**) ____, pela **CONTRATADA**, até a soma correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, ou seja, de ____ (**valor da garantia em algarismos e por extenso**) ____, comprometendo-nos pelo presente documento a pagar, mediante solicitação da **CONTRATANTE**, por escrito, declarando a inadimplência da **CONTRATADA** no cumprimento de suas obrigações contratuais, e sem contraditar a quantia, até o limite de ____ (**valor da garantia**) ____, como acima mencionado, dispensada a apresentação de provas ou razões quanto ao valor especificado na sua solicitação.

ATESTAMOS que esta fiança não é gratuita e está regularmente contabilizada, satisfazendo as formalidades exigíveis, em especial a legislação bancária e demais resoluções, instruções e circulares do Banco Central do Brasil, achando-se os signatários devidamente autorizados à prática deste ato.

Esta **garantia terá validade até** _____, após a vigência do Contrato, conforme as condições estabelecidas.

____ (**Data**) ____

____ (**Assinatura do Banco**) ____

____ (**Testemunhas**) ____

____ (**Chancela**) ____

SENADO FEDERAL

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID
Programa Multifase de Apoio ao Desenvolvimento do Legislativo Eletrônico no
Brasil (INTERLEGIS II)
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 239/2012
PROCESSO N.º 006.505/12-0

ANEXO X

TERMO DE ACEITE E RESPONSABILIDADE

CÂMARA MUNICIPAL

Estado:

Município:

Responsável junto ao Programa Interlegis:

(Nome completo da pessoa autorizada pela Câmara para realizar o aceite).

Item	Unid.	Quant.	Especificação
	Um	Um	Kit de informática (composto de 1 (um) microcomputador e 1 (uma) impressora multi funcional), conforme especificação técnica do edital e seus anexos, constante do Processo nº 006.505/12-0 do Senado Federal/Interlegis.

ACEITE E RESPONSABILIDADE

Declaramos que esta Câmara Municipal recebeu os equipamentos acima especificados conforme Nota de Remessa e Entrega, e se responsabiliza pelo seu zelo, guarda, administração, boa utilização e manutenção, de acordo com o estabelecido pelas cláusulas terceira e quarta do Convênio celebrado com o Órgão Executor do Programa Interlegis.

Data: ____/____/____

Ass.: _____
Responsável pelo aceite na Câmara.

Nome completo (legível) do Responsável, RG e CPF:

Cargo do Responsável: